

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS

PLANO DIRETOR
DESENVOLVIMENTO URBANO
EM APOIO À GESTÃO AMBIENTAL

SÃO FÉLIX DO TOCANTINS - TO

Inserir fotografia ilustrativa

Junho 2003

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador

RAIMUNDO NONATO PIRES DOS SANTOS

Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO

Secretário

NILTON CLARO COSTA

Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

BELIZÁRIO FRANCO NETO

Diretor

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

HUMBERTO DE CAMPOS – Naturatins

ROSA ANTÔNIA RODRIGUES MONTEIRO – Seplan

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS

ISAMAR MORAIS RIBEIRO

Prefeito

COORDENAÇÃO LOCAL

JOSÉ DE NAZARÉ CÂMARA MILHOMEM – Secretário de Turismo

EQUIPE LOCAL

CARLOS ALBERTO BARBOSA DA SILVA

DOMINEL TAVARES CORADO

FRANCISCO SANTOS CARVALHO

LENI FRANCISCA DE SOUSA

MARIA DA PURIFICAÇÃO ALVES RIBEIRO

MARIA DE JESUS TAVARES DOS SANTOS

NARCIONE PUGAS NUNES

VERNON GOMES RIBEIRO

WANDERSON GOMES DOS SANTOS

ELABORAÇÃO
TECHNUM CONSULTORIA LTDA.

COORDENAÇÃO GERAL

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Arquiteta e Urbanista

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Luiz Alberto Cordeiro

Engenheiro Civil

EQUIPE TÉCNICA

Alexandre Fortes

Engenheiro Civil

Cláudia Martins Dutra

Advogada

Daisy Cadaval Basso

Pedagoga

Gunter Kohlsdorf Spiller

Arquiteto

João Filipe Campello

Engenheiro Civil

Mônica von Glehn Herkenhoff

Arquiteta e Urbanista

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro

Arquiteta e Urbanista

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RELAÇÃO DE FIGURAS | 06 |
| RELAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS | 07 |
| SIGLAS | 08 |
| APRESENTAÇÃO | 09 |
| RESUMO EXECUTIVO | 12 |
| I SITUAÇÃO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL | 17 |
| 1. O MUNICÍPIO | 17 |
| 1.1. Aspectos Históricos | 18 |
| 1.2. Inserção Regional | 18 |
| 2 DIMENSÃO FÍSICO-AMBIENTAL | 21 |
| 2.1. Meio Ambiente Natural | 21 |
| 2.1.1. Aspectos Geofísicos | 23 |
| 2.1.2. Unidades de Conservação | 25 |
| 2.1.3. Áreas de Preservação Permanente | 26 |
| 2.2. Espaços Territorial e Urbano | 29 |
| 2.2.1. Estrutura Fundiária | 29 |
| 2.2.2. Caracterização dos Espaços Territorial e Urbano | 29 |
| 2.3. Habitação | 32 |
| 2.4. Saneamento Ambiental | 36 |
| 2.4.1. Abastecimento de Água | 36 |
| 2.4.2. Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial | 36 |
| 2.4.3. Resíduos Sólidos | 36 |
| 2.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública | 36 |
| 2.6. Comunicação | 36 |
| 2.7. Sistema Viário e Transporte | 37 |
| 3 DIMENSÃO SOCIAL | 38 |
| 3.1. Aspectos Demográficos | 38 |
| 3.2. Aspectos Culturais | 43 |
| 3.3. Educação | 43 |
| 3.4. Esporte e Lazer | 47 |
| 3.5. Promoção Social | 47 |
| 3.6. Saúde | 48 |
| 3.7. Segurança Urbana | 49 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 4 | DIMENSÃO ECONÔMICA | 50 |
| | 4.1. Dinâmica Econômica | 50 |
| | 4.2. Abastecimento | 50 |
| | 4.3. Potencialidade Turística | 51 |
| 5 | DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL | 53 |
| | 5.1. Capacidade de Administração e Gestão | 53 |
| | 5.2. Legislação | 59 |
| | 5.3. Bases Cartográficas | 59 |
| 6 | PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS | 60 |
| II | SITUAÇÃO DESEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL | 64 |
| 7 | CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO | 64 |
| | 7.1. Cenário Tendencial | 65 |
| | 7.2. Aspectos Urbanísticos do Cenário Tendencial | 67 |
| | 7.3. Cenário de Regressão | 68 |
| | 7.4. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Regressão | 71 |
| | 7.5. Cenário de Sustentabilidade | 73 |
| | 7.6. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Sustentabilidade | 75 |
| 8 | O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO | 77 |
| | 8.1. O Plano Diretor como Instrumento Básico da Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana | 77 |
| | 8.2. O Objetivo Central para o Município | 77 |
| | 8.3. As Estratégias para o Desenvolvimento Municipal | 78 |
| | 8.4. O Macrozoneamento | 79 |
| | 8.5. Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada | 82 |
| | 8.6. O Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana | 87 |
| | 8.7. Sistema de Planejamento e Gestão Urbana | 91 |
| | 8.7.1. Os Instrumentos de Planejamento e Gestão | 91 |
| | 8.7.2. Estrutura Organizativa | 91 |
| | 8.7.3. Sistema Municipal de Informações | 92 |
| | 8.7.4. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação | 92 |
| | 8.7.5. Participação Popular | 93 |
| 9 | AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL | 94 |
| | BIBLIOGRAFIA | 103 |

RELAÇÃO DE FIGURAS

| | | |
|---------|--|----|
| Fig. 1 | Localização do Município | 20 |
| Fig. 2 | Rodovias de Acesso ao Município | 22 |
| Fig. 3 | Vegetação | 27 |
| Fig. 4 | Pedologia | 28 |
| Fig. 5 | Unidades de Conservação | 29 |
| Fig. 6 | A Cidade de São Félix do Tocantins | 34 |
| Fig. 7 | Vista Aérea da Cidade | 35 |
| Fig. 8 | Núcleo Original | 35 |
| Fig. 9 | Cidade Nova | 35 |
| Fig. 10 | Praça Siqueira Campos | 35 |
| Fig. 11 | Biblioteca | 35 |
| Fig. 12 | Casas Populares | 35 |
| Fig. 13 | Ligação entre as duas partes da cidade | 35 |
| Fig. 14 | Vossorocas | 35 |
| Fig. 15 | Morro Mandcaru (da Catedral) | 52 |
| Fig. 16 | Fervedouro | 52 |
| Fig. 17 | Rio Soninho (Balneário) | 52 |
| Fig. 18 | Formações Rochosas | 52 |
| Fig. 19 | Veredas da região | 52 |
| Fig. 20 | Cenário Tendencial | 68 |
| Fig. 21 | Cenário de Regressão | 72 |
| Fig. 22 | Cenário de Sustentabilidade | 76 |
| Fig. 23 | Macrozoneamento | 81 |
| Fig. 24 | Cidade Desejada | 86 |
| Fig. 25 | Uso e Ocupação do Solo | 89 |

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

| | | |
|-----------|--|----|
| Tabela 1 | Densidade demográfica da região do Jalapão | 38 |
| Tabela 2 | População da região do Jalapão 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 | 40 |
| Tabela 3 | Região do Jalapão - Taxas de crescimento populacional | 40 |
| Tabela 4 | População residente por faixa etária e situação do domicílio | 41 |
| Tabela 5 | Região do Jalapão - População por domicílio e grupos de idade | 41 |
| Tabela 6 | Região do Jalapão - População por situação do domicílio e gênero | 42 |
| Tabela 7 | Razão de dependência demográfica | 42 |
| Tabela 8 | Matrículas, evasões e repetências segundo o nível de ensino | 44 |
| Tabela 9 | Defasagem idade / série por ano | 45 |
| Tabela 10 | População residente maior de 5 anos e alfabetizada - 2000 | 46 |
| Tabela 11 | Chefes de domicílios particulares permanentes por anos de estudo | 47 |
| Tabela 12 | Receita orçamentária - 2003 | 54 |
| Tabela 13 | Despesa orçamentária - 2003 | 55 |
| Tabela 14 | Programas e ações municipais para o período 2002 - 2005 | 57 |
| Quadro 1 | Fatores positivos e negativos para o desenvolvimento Municipal sustentável | 60 |
| Quadro 2 | Tendências de desenvolvimento | 62 |
| Quadro 3 | Tendências de desenvolvimento urbano | 61 |
| Quadro 4 | Condições necessárias para o desenvolvimento municipal | 63 |
| Quadro 5 | Cenário tendencial - Dimensões e atributos | 66 |
| Quadro 6 | Cenário de regressão - Dimensões e atributos | 70 |
| Quadro 7 | Cenário de sustentabilidade - Dimensões e atributos | 74 |

SIGLAS

| | |
|-------------------|---|
| A | Ação |
| ADAPEC | Agência de Desenvolvimento Agropecuário |
| APA | Área de Preservação Ambiental |
| APP | Área de Preservação Permanente |
| CADSUS | Cadastro do Sistema Único de Saúde |
| CELTINS | Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins |
| DMER | Departamento Municipal de Estradas de Rodagem |
| DZE | Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico |
| E | Estratégia |
| ECT | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos |
| EV | Evasão |
| FPM | Fundo de Participação dos Municípios |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IDAGO | Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás |
| IDHM-E | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação |
| IDHM-L | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - |
| Longevidade | |
| IDHM-R | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LOA | Lei do Orçamento Anual |
| MEC | Ministério da Educação |
| MF | Matrícula Final |
| MI | Matrícula Inicial |
| NATURATINS | Instituto Natureza do Tocantins |
| PAB | Piso de Atenção Básica |
| PACS | Programa de Agentes Comunitários de Saúde |
| PEJ | Parque Estadual do Jalapão |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |
| PNMT | Programa Nacional de Municipalização do Turismo |
| PPA | Plano Plurianual |
| PROBIO | Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira |
| PSF | Programa de Saúde da Família |
| RP | Repetência |
| SANEATINS | Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins |
| SEBRAE | Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento e Meio-ambiente |
| TO | Tocantins |
| ZA | Zona de Proteção Ambiental |
| ZC | Zona Central |
| ZH | Zona Habitacional |
| ZP | Zona de Interesse Paisagístico |
| ZR | Zona Rural |
| ZS | Zona de Abastecimento e Serviços |
| ZU | Zona Urbana |

APRESENTAÇÃO

Este documento consubstancia os resultados dos trabalhos de formulação do **Plano de Desenvolvimento Urbano em Apoio à Gestão Ambiental para o Município de São Félix do Tocantins – TO**, de acordo com o contrato nº 00385/2002 firmado entre a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins - SEPLAN e a Technum Consultoria Ltda.

O artigo 182 da Constituição Federal estabelece que **o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana** e deve constituir-se em instrumento de planejamento e gestão para orientar as ações do setor público e da iniciativa privada na busca do desenvolvimento sustentável das cidades.

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade, ao regulamentar a política urbana preconizada pela Constituição Federal, reafirma este papel do Plano Diretor, atribuindo-lhe a importância de abranger todo o território municipal e abordar temas ligados à sustentabilidade sócio-cultural, econômica e ambiental.

O Governo do Tocantins, ao planejar o desenvolvimento regional do Estado, instituiu o Pólo Ecoturístico do Jalapão, como uma região vocacionada para as atividades turísticas ligadas aos recursos naturais. Criou, ainda, o Parque Estadual do Jalapão (PEJ), no Município de Mateiros, vizinho a São Félix do Tocantins, e a APA Estadual do Jalapão, que envolve o PEJ, com vistas à proteção ambiental dos ecossistemas e da biodiversidade existente na região.

São Félix do Tocantins ocupa situação estratégica na região, como uma dos portais do Corredor Ecoturístico do Jalapão. Em razão disto, a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), utilizando-se de recursos provenientes de convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente, promoveu a elaboração, conjuntamente com a Prefeitura Municipal, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental para São Félix do Tocantins, como o instrumento de planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável do Município. Para sua elaboração e posterior implementação, foi firmado um Termo de Cooperação entre a SEPLAN e a Prefeitura Municipal, que designou uma equipe, composta de representantes do Poder Público Municipal e da

sociedade organizada, como equipe de coordenação local da elaboração do Plano Diretor,

Com este entendimento foram realizados os trabalhos, cujo resultado é apresentado como o **Plano Diretor do Município de São Félix do Tocantins**, de acordo com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município, atendendo, ainda, as especificações do Termo de Referência e a todas as cláusulas contratuais estabelecidas para a execução dos serviços.

O trabalho foi desenvolvido de forma participativa em todas as suas etapas, com o envolvimento da equipe local de coordenação, designada pela Prefeitura Municipal de São Félix do Tocantins, dos técnicos da SEPLAN responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos, dos consultores da Technum e dos representantes da sociedade organizada de São Félix do Tocantins. Foram realizadas reuniões focais, entrevistas e oficinas de planejamento participativo para a construção das distintas etapas de elaboração do Plano.

Este documento está estruturado em três partes distintas:

Resumo Executivo - contém uma síntese de todo o conteúdo do documento;

A - Situação Atual do Desenvolvimento Municipal - organiza e analisa informações sobre a realidade presente do Município, tanto do ponto de vista intramunicipal, quanto das relações com os municípios vizinhos e a região, consideradas as dimensões econômica, social, físico-ambiental e institucional. As análises desenvolvidas possibilitaram a identificação dos pontos fortes e fracos, no âmbito interno, e das possibilidades e riscos, no âmbito externo, para o desenvolvimento municipal.

B - Situação Desejada para o Desenvolvimento Municipal - as análises, juntamente com as entrevistas e oficinas de planejamento participativo realizadas, possibilitaram a construção de três cenários alternativos para o desenvolvimento de São Félix do Tocantins, dentre os quais foi selecionado um como o **cenário desejado**, que serviu de referência para a concepção do **Projeto da Cidade**, o estabelecimento do objetivo central e das estratégias para o desenvolvimento. A partir daí, foi possível identificar e priorizar as ações correspondentes a cada estratégia, necessárias para se alcançar o objetivo central estabelecido.

São apresentadas, ainda, indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão necessário para a implementação do Plano Diretor, instrumento básico de um processo permanente de condução do desenvolvimento sustentável para o Município.

As propostas contidas neste documento representam o resultado da construção coletiva dos rumos desejados pelos atores envolvidos para São Félix do Tocantins, percebidos com uma visão de futuro com vistas à garantia da sustentabilidade, e deram origem ao Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Além destes dois documentos, são também apresentados, como parte do estabelecido pelo contrato, os Anteprojetos das Leis de Uso e Ocupação do Solo nas Zonas Urbanas e de Parcelamento do Solo Urbano.

Espera-se que os documentos preparados com o concurso dos envolvidos no processo possam orientar as ações públicas e privadas para o desenvolvimento ordenado e sustentável de São Félix do Tocantins, tendo como resultado o desenvolvimento social e crescimento econômico com distribuição equânime dos benefícios, de forma a trazer melhoria da qualidade de vida a todos os cidadãos de São Félix do Tocantins.

Junho de 2003

Technum Consultoria Ltda.

RESUMO EXECUTIVO

O Governo do Tocantins, ao planejar o desenvolvimento regional do Estado, definiu dois corredores principais de turismo: o do Araguaia e o do Tocantins, nos quais selecionou pólos indutores do desenvolvimento sustentável da atividade turística, com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações aí residentes. Um dos pólos do Corredor Turístico do Tocantins é o Pólo Ecoturístico do Jalapão, formado por Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, São Félix do Tocantins, Novo Acordo e Lizarda.

A região do Jalapão, com cerca de 34.000 km² de solo arenoso e paisagem árida, é cortada por uma extraordinária rede de rios, riachos e ribeirões, e suas potencialidades turísticas começam a atrair um fluxo crescente de turistas.

São Félix do Tocantins ocupa posição estratégica como ponto de entrada para os atrativos do Jalapão. Atualmente, o Município não está preparado para absorver essa crescente demanda turística de forma adequada. É necessário, portanto, antecipar a sua estruturação, a fim de garantir a infra-estrutura de apoio às atividades do ecoturismo. Para isto, o Governo do Tocantins, através da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), com recursos provenientes do convênio nº 2001CV000055, firmado com o Governo Federal, através do Ministério do Meio para o desenvolvimento do ecoturismo no Estado, promoveu, em conjunto com a Prefeitura Municipal, com a qual estabeleceu um Termo de Cooperação, a elaboração do **Plano Diretor do Município de São Félix do Tocantins**, como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, em atendimento ao preceituado pela Constituição Federal, regulamentada pelo Estatuto da Cidade, pela Constituição Estadual de Tocantins e pela Lei Orgânica do Município de São Félix do Tocantins.

O Plano Diretor do Município de São Félix do Tocantins consubstancia os resultados de um processo de planejamento participativo e de construção coletiva, com vistas a propiciar ao Poder Público Municipal, à iniciativa privada e à sociedade local, um instrumento de planejamento e gestão para orientar a tomada de decisões para a caminhada na direção da cidade desejada no Município que todos querem ver concretizado.

Os trabalhos foram fundamentados nos princípios da sustentabilidade, elaborados pela ONU, que recomendam o

equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais, histórico/culturais e dos atrativos turísticos, visando o desenvolvimento sócio-econômico, e a proteção do meio ambiente, natural e construído, com a conseqüente garantia de qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

De início foi examinada, em um processo de análise coletiva, a situação atual do Município e da sua sede, considerados os aspectos internos e a inserção regional, para serem identificadas as principais tendências de desenvolvimento, as demandas por parte dos diferentes segmentos apresentadas ao Município, a oferta de equipamentos, serviços e facilidades urbanas *vis-à-vis* a demanda existente e as vantagens comparativas e competitivas de São Félix do Tocantins em relação aos municípios vizinhos.

As principais conclusões dessa análise coletiva foram:

- Município ainda apresenta uma boa distribuição entre a população urbana e a rural, sem pressões de ocupações irregulares na sede municipal;
- A população tem crescido a taxas baixas, com pequenos movimentos migratórios;
- A cidade é altamente dependente de outros centros urbanos, principalmente Palmas;
- A pouca fertilidade das terras e o não emprego de tecnologia apropriada não tem permitido exploração agrícola em bases economicamente viáveis. A base econômica está assentada na pecuária extensiva, feita em pastagens nativas, de baixa produtividade, sem geração de empregos ou de receita para o município;
- O número significativo de pequenas propriedades rurais pode favorecer a agricultura familiar e a organização de formas associativas de produção e comercialização de espécies nativas de frutos, plantas e ervas medicinais, com ganho de produtividade e competitividade;
- A diversidade dos recursos naturais, a riqueza de água, da fauna e da flora, as formações rochosas e a proximidade do Parque Estadual do Jalapão, com seus numerosos atrativos, podem favorecer o desenvolvimento do ecoturismo. Para isto, entretanto, será necessária a implantação de infra-estrutura turística e de apoio aos serviços turísticos, atualmente inexistente no Município;

- Os acessos, os meios de transporte para o Município e os sistemas de comunicação são precários e dificultam a interligação com os municípios vizinhos;
- O saneamento ambiental exige muita melhoria. A água para abastecimento público é apenas clorada e a rede de abastecimento ainda não cobre toda a sede urbana; não há sistemas de esgotamento sanitário nem de drenagem pluvial; a coleta do lixo não se faz regularmente e inexistente aterro sanitário;
- Os cortes e oscilações no fornecimento de energia elétrica são freqüentes. A iluminação pública, assim como a pavimentação, cobre apenas as vias principais;
- Há carências nas áreas de educação e saúde, no tocante à quantidade e diversidade dos equipamentos comunitários para a prestação desses serviços. O número de profissionais qualificados é reduzido e a população do Município fica dependente dos centros maiores para prosseguir os estudos, além do ensino médio, e para o atendimento médico.
- Os equipamentos de lazer e as oportunidades de trabalho são muito reduzidos;
- A ocupação irregular das áreas de preservação permanente no Município, particularmente às margens dos cursos de água, desmatadas para o plantio de pequenas lavouras de subsistência, compromete a proteção ambiental dos mananciais;
- Falta à Administração Municipal capacidade instalada para promover o desenvolvimento sustentável do Município. É necessário modernizar a estrutura administrativa, capacitar as equipes, estruturar um sistema de planejamento e estabelecer mecanismos efetivos de articulação do Poder Público Municipal com os diversos organismos públicos e com o setor privado; e
- A sociedade pouco participa das decisões quanto ao desenvolvimento municipal, ficando fortemente dependente da Administração para a solução de todos os problemas.

Os aspectos analisados nos itens anteriores permitiram a identificação de **pontos fortes** ou **fracos**, no âmbito intramunicipal, e de **oportunidades** e **riscos**, no extra-municipal, para o desenvolvimento do Município. A partir daí, foram construídos três cenários futuros alternativos para o desenvolvimento de São Félix do Tocantins, para os quais foram relacionados os atributos de cada uma das seguintes dimensões: econômica, social, físico-

ambiental e institucional. Os cenários visualizados foram os seguintes:

Cenário Tendencial, pelo qual o Município continua sob a influência das atuais condicionantes dos fatores externos regionais, nacionais e até internacionais. A população continua dependente da Administração Pública para a solução de quase todos os seus problemas e o Poder Público Municipal, sem a participação da sociedade, permanece com pouca capacidade de promover o desenvolvimento sustentável;

Cenário de Regressão – considera a possibilidade de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo assumirem o papel de “portais” de entrada do Jalapão, ao mesmo tempo em que Mateiros se firma como o principal núcleo turístico da região. Admite, ainda, a hipótese de os Planos de Manejo proibirem o turismo no Parque Estadual do Jalapão (PEJ) e no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Neste caso, vislumbra-se o isolamento de São Félix do Tocantins, com uma forte crise econômica, pela redução da sua atratividade turística. A baixa produtividade agrícola não se altera e o quadro social se agrava pela expulsão de parte das populações dos Parques, com provável periferização da sede municipal;

Cenário de Sustentabilidade – admite a redefinição dos limites do PEJ, a implantação definitiva do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e a consolidação de São Félix do Tocantins como ponto de entrada para os atrativos da região, mediante a construção de um acesso ao PEJ a partir do Rio Soninho, próximo à sede municipal. Admite, ainda, a regularização fundiária dos lotes urbanos, a exploração racional dos recursos hídricos e a diversificação e introdução de novas práticas agrícolas e pecuárias, com ganhos de produtividade.

Foi escolhido como **cenário futuro desejado** o terceiro cenário – de Sustentabilidade, que passou a ser referência para as propostas do Plano Diretor, para o qual se estabeleceu como objetivo central:

São Félix do Tocantins desenvolvido, pela utilização sustentável de suas riquezas e do potencial para o turismo e pela valorização de suas tradições e artesanato.

Para alcançar o objetivo estabelecido, foram definidas seis estratégias (E), a serem implementadas por meio de ações identificadas e organizadas segundo o grau de relevância para o processo de desenvolvimento. As estratégias definidas foram as seguintes:

- E 1 Gestão físico-territorial e ambiental eficiente e integrada.
- E 2 Valorização do espaço urbano.
- E 3 Desenvolvimento sustentável do turismo de aventura, pesca esportiva e ecoturismo.
- E 4 Estímulo à implantação de novas atividades econômicas.
- E 5 Desenvolvimento social e cultural de qualidade.
- E 6 Fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão.

I. SITUAÇÃO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

1. O MUNICÍPIO

O Governo do Tocantins definiu dois corredores principais de turismo no Estado: o do Araguaia e o do Tocantins. Em cada um desses corredores, selecionou pólos indutores do desenvolvimento sustentável, como áreas que irão alavancar essa atividade turística e promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações dessas regiões. Dentre os pólos em que dividiu o Corredor Turístico do Tocantins, está o Pólo Ecoturístico do Jalapão, constituído pelos municípios de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, São Félix do Tocantins, Novo Acordo e Lizarda.

Com a concepção dos Pólos Ecoturísticos, o Tocantins pretende, mediante investimentos concentrados, aumentar a atratividade para a implantação de oferta de produtos turísticos variados e competitivos, de forma a tornar o Estado um destino ecoturístico de classe mundial.

Composta pelos municípios de Rio do Sono, Lizarda, Novo Acordo, São Félix do Tocantins, Mateiros, Lagoa do Tocantins, Santa Teresa e Ponte Alta do Tocantins, a região do Jalapão, com cerca de 34.000 km² de paisagem árida e solo bastante arenoso, é cortada por uma extraordinária rede de rios, riachos e ribeirões, de água transparente e potável.

As potencialidades turísticas dessa região começam a atrair um fluxo crescente de turistas com demanda por equipamentos, infraestrutura e serviços impactantes no espaço urbano, principalmente nas proximidades dos atrativos.

São Félix do Tocantins caracteriza-se como um potencial ponto de apoio aos atrativos do Jalapão, o que deverá resultar em impactos sobre a ocupação e uso do solo urbano e sobre os seus recursos naturais. Atualmente, o Município não está preparado para absorver essa demanda potencial de forma equilibrada e adequada. É necessário, portanto, antecipar a sua estruturação, a fim de garantir a infraestrutura de apoio às atividades do ecoturismo.

1.1. Aspectos Históricos

O povoamento de São Félix do Tocantins surgiu com a migração de nordestinos oriundos, principalmente, do Piauí, Maranhão e Bahia. Em 1982, Hamilton da Silva Garcêz, vereador em Novo Acordo, fundou o núcleo urbano que viria a se transformar na sede do Município, em terras da antiga fazenda de Lino Souza, primeiro morador que chegou à região em 1935. Algum tempo depois dele, o Dr. Rubinho Araújo Filho veio para a região e tornou-se um grande proprietário de terras. Noca Lira foi outro dos pioneiros de São Félix do Tocantins.

O povoamento criado por Hamilton Garcez, em torno de uma pequena capela, à margem esquerda do Ribeirão São Félix, foi emancipado através da Lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, por desmembramento do município de Novo Acordo, passando a se constituir no município de São Félix do Tocantins. O primeiro prefeito foi eleito no final de 1992 e empossado no início de 1993.

Em 1984, surgiu a primeira escola, de adobe e palha, mais tarde transformada em colégio estadual, com turmas de 1ª à 3ª série, em 1985.

1.2. Inserção Regional

O município de São Félix do Tocantins situa-se na área-programa leste do Estado do Tocantins. Pertence ao Pólo Ecoturístico do Jalapão e faz parte da Região Administrativa XII do Estado, cuja cidade pólo é Novo Acordo que, além de São Félix do Tocantins e do município pólo, engloba Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono e Santa Tereza do Tocantins.

Localizado entre os paralelos 10°S e 11°S, São Félix do Tocantins limita-se ao norte com o município de Lizarda, a leste com o Estado do Maranhão, ao sul com Mateiros e a oeste com os municípios de Novo Acordo e Lizarda.

A sede municipal está localizada nas coordenadas geográficas de 10°10'06" de latitude sul e 46°39'34" de longitude oeste, a uma altitude de 395m, em relação ao nível médio do mar. A distância rodoviária que a separa de Palmas, capital do Estado, é de 270Km.

São Félix do Tocantins pertence à Comarca de Novo Acordo e, do ponto de vista comercial, mantém com esta cidade certa relação de dependência, pois a diversidade de estabelecimentos

comerciais e os preços praticados em Novo Acordo são mais vantajosos que os de São Félix do Tocantins.

Os demais municípios do Pólo Ecoturístico do Jalapão são Lizarda, Mateiros, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins. Mateiros concentra a maioria dos atrativos turísticos hoje explorados no Jalapão, polarizando esta atividade na região.

São Félix do Tocantins não mantém maiores relações de complementaridade ou de concorrência com Lizarda, talvez pela distância entre as duas cidades e pela dificuldade de acesso.

Palmas, indubitavelmente, é o maior centro polarizador para a região, seguido de Porto Nacional como pólo regional, principalmente para Ponte Alta do Tocantins e Mateiros. Além disso, do ponto de vista educacional, Porto Nacional é o centro polarizador do Jalapão, pois sedia a regional de ensino para essas cidades.



Fig. 1 - Localização do Município

2. DIMENSÃO FÍSICO-AMBIENTAL

2.1. Meio Ambiente Natural

Com uma área de 1.908,669 km², São Félix do Tocantins situa-se na Chapada do Jalapão, a leste do Estado do Tocantins. Dista 270km da capital do Estado, à qual se liga pela rodovia TO 030. A estrada não tem pavimentação e as condições de manutenção são bastante precárias.

Também é possível chegar-se a São Félix em aviões de pequeno porte, pois o Município dispõe de uma pista de pouso de 800m de extensão.

A ligação de São Félix do Tocantins a Mateiros e Lizarda é feita por estrada de terra, a TO -110, em condições bastante rudimentares.

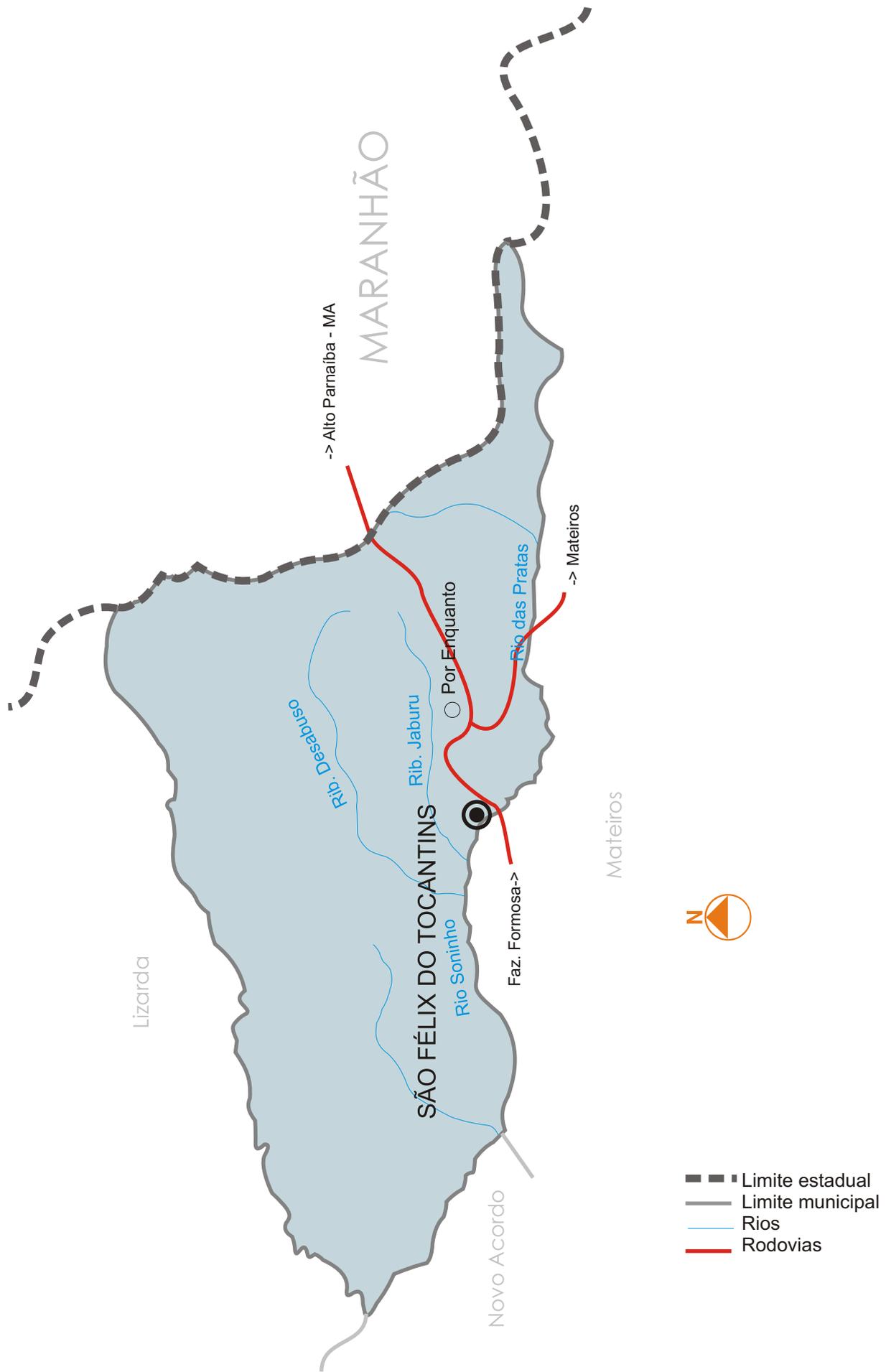


Fig. 2 - Planta do Município

2.1.1. Aspectos Geofísicos

A região do Jalapão, cujo nome é originário de uma planta da região denominada Jalapa do Brasil (*Operculiona macrocarpa*), que os moradores da localidade costumam misturar à aguardente, caracteriza-se pela paisagem árida, de vegetação rala, alta fragilidade do solo e grande quantidade de rios, riachos, ribeirões, lagos e nascentes de água cristalina, com numerosas cachoeiras e corredeiras, nos seus 34.194,745 km².

A região é formada por extensas áreas de areias quartzosas e solos litólicos, em chapadões, planaltos e savanas. Segundo diversos especialistas, o Jalapão é o que restou do oceano que teria havido na região há mais de 60 milhões de anos.

Por ter uma densidade demográfica bastante baixa (menos de 1 habitante por km²), podem-se encontrar grandes extensões de terra ainda intocadas.

Registra a presença de rica avifauna, com várias espécies ameaçadas de extinção. Podem ser observados na região a arara canindé, azul e amarela, a arara vermelha e a arara azul, escolhida como símbolo da região por sua raridade, a codornaburaqueira, o urubu-rei, a águia chilena, o tucano-toco, a seriema, o mutum-do-sudeste, o veado-campeiro, a anta, o merganço-do-sul, a capivara, a paca, a onça, entre outros. Dentre os peixes, são freqüentes a piabanha, caranha, jaú, traíra e piaú.

A região é característica de ecótonos entre cerrado e caatinga. A vegetação é rasteira, com a ocorrência de campo, campo cerrado, cerrado e campo parque, de acordo com o Atlas do Tocantins – subsídios ao planejamento da gestão territorial, preparado pela SEPLAN / DZE. Na margem dos cursos de água, verifica-se a existência de matas ciliares.

As terras do Município estão inseridas na Bacia Sedimentar do São Francisco e apresentam elevada fragilidade, além de serem pobres para a agricultura.

Do ponto de vista da potencialidade do uso da terra, o Atlas do Tocantins (pág. 37-38) distribui o território do Município em 3 áreas:

- I Áreas para uso intensivo para produção, em Região Fitoecológica de Cerrado, com áreas para cultura de ciclo curto e longo ou de pecuária intensiva;
- II Áreas de uso de baixa intensidade de produção, em Região Fitoecológica de Cerrado, com áreas para pecuária extensiva; e

III Áreas com limitação de uso ou restrição legal, por conter áreas de conservação ou com alta limitação natural para uso.

A principal atividade econômica é a pecuária bovina, sendo costumeira a limpeza da pastagem por meio de queimadas, o que afeta a vegetação e a fauna.

O clima é do tipo subúmido seco, com moderada deficiência hídrica. A estação chuvosa estende-se de outubro a abril, com precipitação média anual oscilando entre 1.500 e 1.660 mm. A temperatura média anual situa-se entre 27°C e 28°C .

Uma das maiores riquezas da região é a quantidade e limpidez das águas. Há um sem número de córregos, riachos, ribeirões e rios, além de diversas lagoas. Em suas margens formam-se amplas veredas, freqüentemente cobertas de buritis. A areia e terra trazidas pelas enxurradas, em função da má qualidade das estradas, tem provocado o assoreamento dessas áreas e prejudicado a qualidade das águas.

O Município faz parte do Sistema Hidrográfico do Rio Tocantins, inserido na Bacia do Rio do Sono, segundo maior tributário do Tocantins. No Município, os principais cursos de água são o Rio Sono, formado pela confluência dos Rios Soninho (no Município) e Novo (em Mateiros), e o Rio das Pratas. Na divisa com Lizarda, encontram-se os rios Caracol e Brejo.

Há um posto meteorológico construído na sede do Município, ainda sem funcionar por falta de equipamentos.

O relevo distingue-se pela beleza cênica. A porção leste do Município é marcada pela presença da Serra Geral. Nas outras áreas do Município, podem ser observados chapadões e serras, planaltos e savanas. Da sede municipal visualizam-se as Serras da Jalapinha, do Espírito Santo, Cilécia e Morro do Mandacaru, dentre as principais formações da região.

São comuns as ocorrências rochosas de arenito, com formas e dimensões variadas. Uma das mais conhecidas no Município é o Morro do Mandacaru ou da Catedral, por ter uma de suas encostas como se tivesse sido cortada verticalmente para nela se esculpir a fachada de uma igreja. Nesta rocha podem ser observadas inscrições rupestres.

2.1.2. Unidades de Conservação

Até muito recentemente não havia qualquer Unidade de Conservação no Município. O recém criado Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba é a primeira unidade a abranger uma parcela a leste do território municipal, passando seu limite a 3 km do povoado do Prata. O Parque Estadual do Jalapão, situado em Mateiros, chega até o limite do Município, sem se estender ao seu interior.

Entretanto, as zonas de entorno do Parque merecem cuidado especial, segundo regulamentação do IBAMA. Neste caso, a faixa do território de São Félix do Tocantins limítrofe aos dois parques deve ser considerada segundo essa regulamentação.

Existe um entendimento comum entre as autoridades e moradores de São Félix do Tocantins de que deveria haver um redimensionamento do Parque Estadual do Jalapão, com vistas a permitir que comunidades residentes na região há dezenas de anos possam continuar nessas áreas, a serem excluídas dos limites originalmente definidos. Na divisa de São Félix do Tocantins com Mateiros há, pelo menos, 5 dessas comunidades. No momento, está sendo desenvolvido um estudo para a redefinição dos limites deste Parque.

2.1.3. Áreas de Preservação Permanente

As Áreas de Preservação Permanente são razoavelmente bem conservadas, uma vez que a região é pouco habitada e a atividade pecuária não levou ao desmatamento intenso das margens dos rios e nascentes. Entretanto, no caso da agricultura, as lavouras são feitas às margens dos cursos de água, de terras mais férteis, com perda das matas ciliares pelo desmatamento.

Na zona urbana, entretanto, o Ribeirão São Félix, que corta a cidade, tem sofrido assoreamento e poluição em função do lixo e da areia trazidos pelas enxurradas, principalmente pela ausência de drenagem pluvial. É defendida pela população a criação de mecanismos mais eficientes de proteção da Área de Preservação Permanente às margens do Ribeirão São Félix, que divide a cidade em duas partes distintas.

No Fervedouro, poço de água morna e borbulhante, em decorrência das nascentes que brotam da areia, localizado nas proximidades da sede municipal, as margens estão bastante degradadas pela ocupação irregular dessa área e pela quantidade de visitantes e turistas. O acesso a este atrativo se dá por uma trilha que cruza uma pequena propriedade rural, em terreno frágil e completamente úmido.

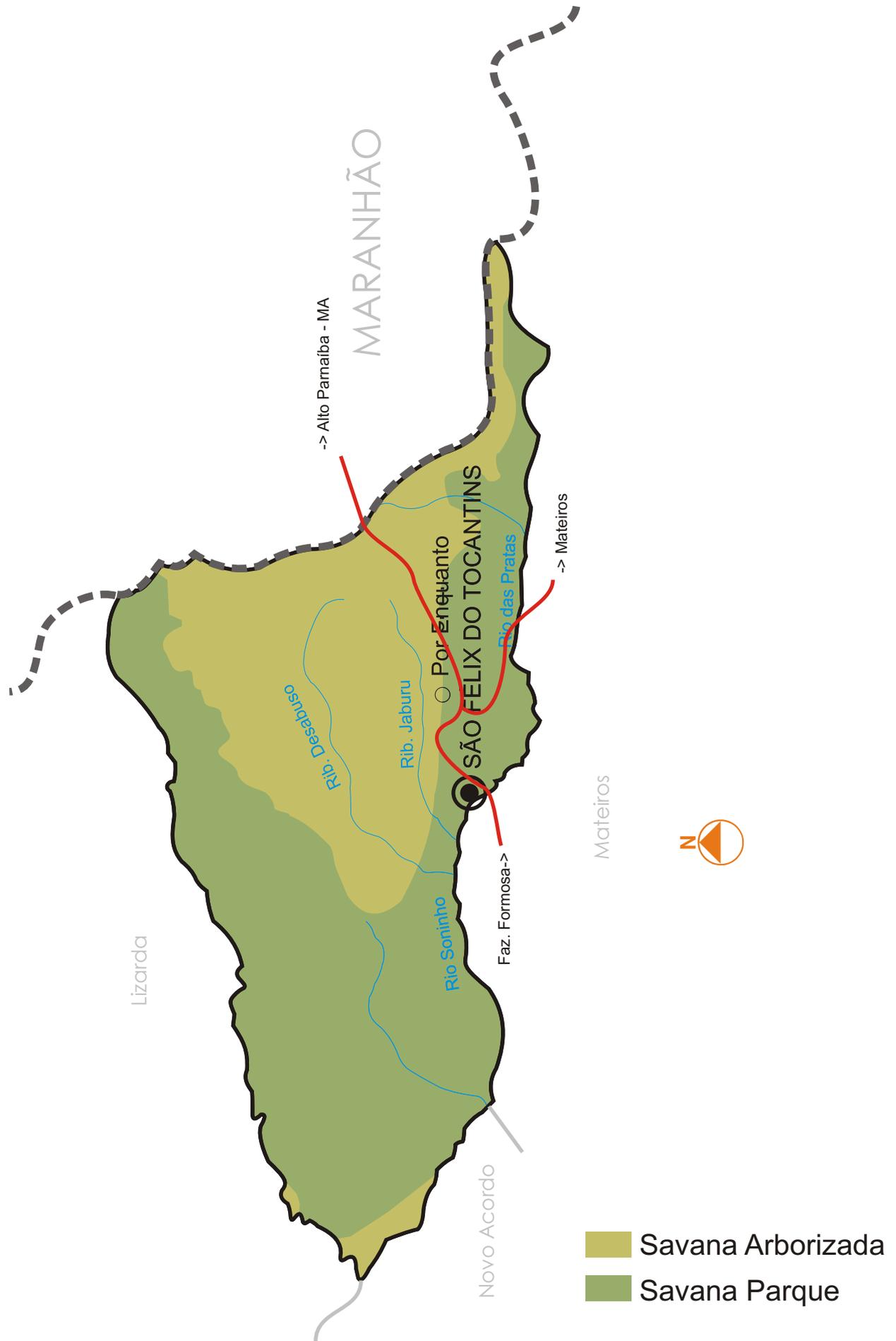


Fig. 3 - Vegetação

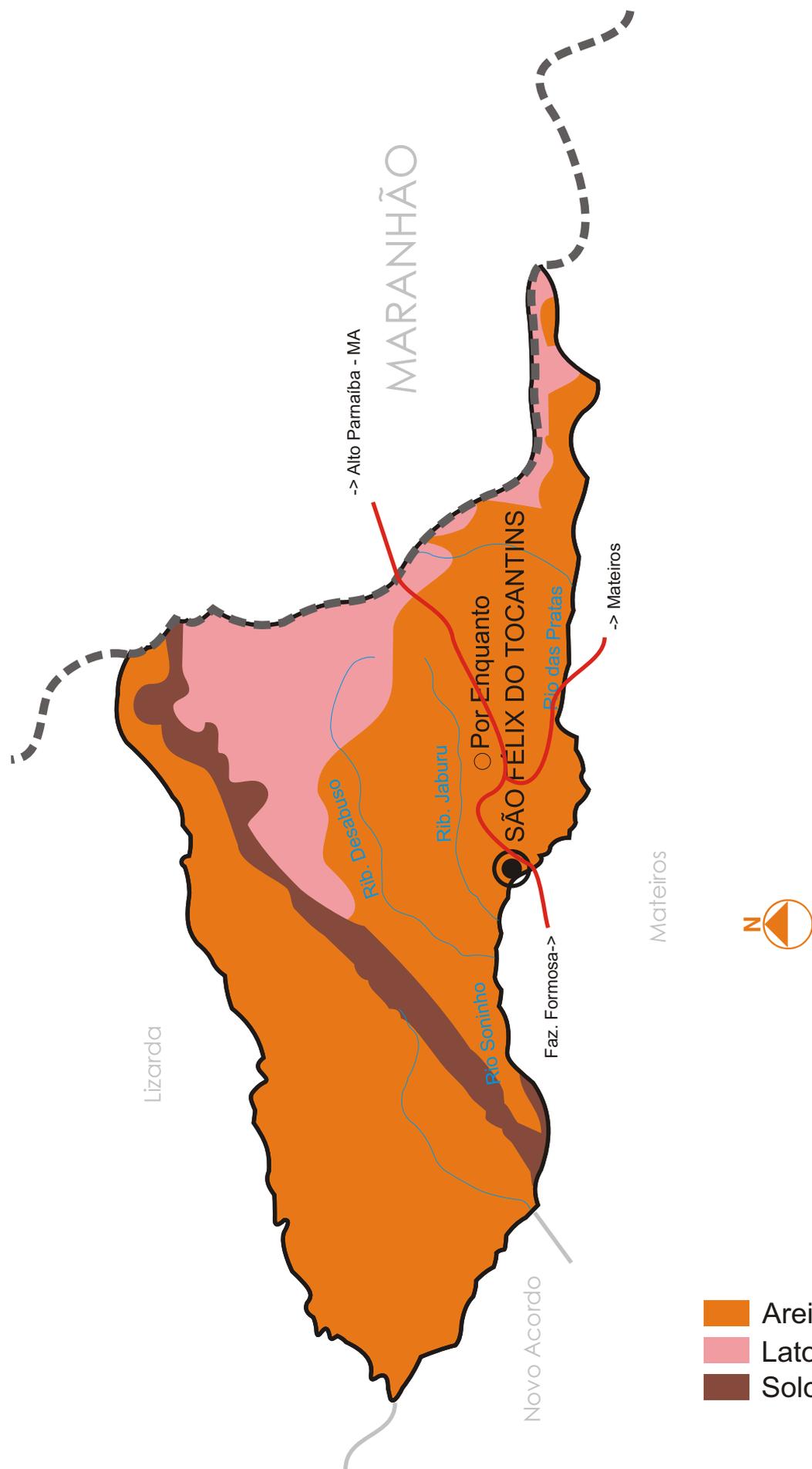


Fig. 4 - Pedologia

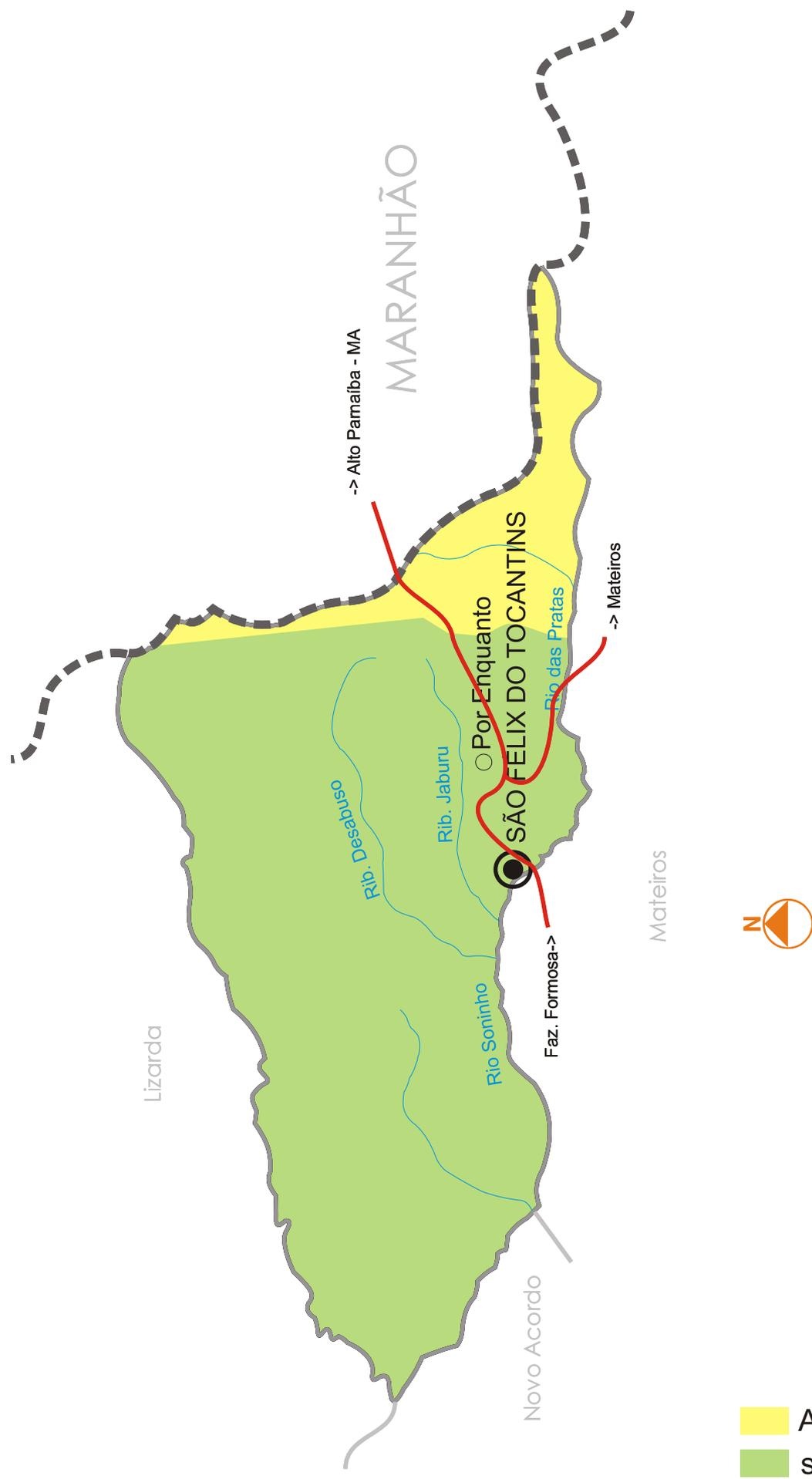


Fig. 5 - Unidades de Conservação

2.2. Espaços Territorial e Urbano

2.2.1. Estrutura Fundiária

Não existem graves problemas fundiários na zona rural do Município. A maioria das propriedades rurais tem acima de 1.000ha, com títulos regularizados ainda pelo Estado de Goiás, através do IDAGO.

A área da sede, entretanto, não está regularizada, pois as terras desapropriadas pelo Governo Estadual para a construção da cidade ainda não foram indenizadas, havendo recursos judiciais contra a desapropriação por parte dos antigos proprietários. O que resulta é praticamente toda a área ainda em processo de regularização fundiária.

Os loteamentos existentes foram feitos pela Administração Municipal que autoriza a ocupação, quando solicitada por um novo morador ou alguém interessado em instalar um estabelecimento de comércio ou serviços.

Além dos lotes urbanos, há um parcelamento de um pouco mais de 50 chácaras em volta do espaço urbano antigo, ou núcleo original, a maioria delas utilizada para agricultura de subsistência, com algum excedente vendido na região. Um pouco são exploradas para a produção de grãos ou de frutas e verduras que abastecem a cidade.

2.2.2. Caracterização dos Espaços Territorial e Urbano

O Município é predominantemente rural, com extensas fazendas dedicadas à pecuária bovina. Além da sede municipal, conta com dois povoados: uma pequena vila denominada Povoado do Prata, distante 20km da sede do Município, onde moram pouco mais de 30 famílias às margens dos córregos tributários do Rio Prata; o outro, um pouco mais distante, é denominado Por Enquanto, porque algumas pessoas se instalaram ali por algum tempo e lá estão até hoje.

A cidade é claramente dividida em 2 partes independentes, separadas pelo Ribeirão São Félix. O núcleo urbano original fica à margem esquerda desse ribeirão, com uma ocupação predominantemente residencial. Os lotes são, em sua maioria, de 15m x 30m, com uma área de 450m², e as casas são térreas, de alvenaria com telhado em duas águas, boa parte delas com recuo frontal e jardim na frente do lote.

Localizam-se nesta porção da cidade a praça Siqueira Campos, com a igreja local, um galpão onde deve passar a funcionar a Feira do Produtor e um quiosque no qual funciona uma lanchonete. Ao redor dessa praça está instalada a Escola Estadual.

Também nesta parte da cidade encontra-se um eucalipto centenário, o único bem tombado pelo Município. Não há tombamentos nos níveis estadual ou federal.

As ruas do núcleo original não têm pavimentação nem calçadas, mas apresentam alguma arborização decorrente do plantio de árvores em frente às casas, feito pelos próprios moradores.

Na parte nova da cidade, construída logo após a emancipação, à margem direita do Ribeirão São Félix, existe uma avenida com pista dupla e ilha central, que dá acesso a uma praça. Ao longo dessa avenida estão a Prefeitura Municipal, a Biblioteca Pública, o Posto Médico, uma quadra esportiva e vários estabelecimentos comerciais ou de serviços.

Nesta parte da cidade existem 12.000m² de pavimentação asfáltica nas três principais vias, o que equivale a cerca de 30% de cobertura das vias urbanas da cidade nova. A quase totalidade dos lotes nesta porção da cidade tem 800m², medindo 20m x 40m.

A tipologia arquitetônica não se difere muito entre as duas partes da cidade. Apenas na parte nova, observam-se algumas construções um pouco maiores, com melhor nível de acabamento.

A cidade conta com apenas três estabelecimentos de hospedagem, um no núcleo original e dois na cidade nova, todos bastante precários. Como locais de alimentação, existem uma lanchonete na praça da igreja, que funciona no fim da tarde e à noite e oferece, como opção, alguns sanduíches e salgados; uma lanchonete / restaurante na cidade nova, junto ao posto de combustíveis. Além disso, as duas pousadas oferecem refeições, desde que solicitadas previamente. A uma delas é possível encomendar também pães, salgados e lanches.

Ambos os lados da cidade situam-se em um *plateau* e o terreno que as interliga apresenta razoável declividade e composição arenosa de grande fragilidade. Nesse trecho de ligação, as enxurradas têm provocado vossorocas que se ampliam a cada temporada chuvosa. Além disso, carreiam lixo e areia para o

Ribeirão São Félix, com conseqüente assoreamento e poluição ambiental e visual.

No núcleo original há uma Igreja Católica, com trabalhos religiosos conduzidos pela população, aos sábados e domingos, e missa celebrada uma vez ao mês, por padre de fora. Há também, nessa parte da cidade, um templo da Assembléia de Deus, enquanto na cidade nova há um templo da Igreja de Deus, ambos evangélicos com pastores residentes na cidade.

Existe uma certa rivalidade entre os moradores das duas partes da cidade, o que tem sido saudável por resultar em melhorias em ambas, pois sempre que algum investimento público é feito de um lado da cidade, a população do outro lado cobra algo semelhante.

O Povoado do Prata tem uma rua principal com uma praça sem construções, uma igreja, uma escola municipal, com turmas de 1ª à 4ª série, uma casa do artesão, que abre quando há visitas ao povoado, e uma edificação da antiga escola onde a Administração Municipal pretende, em parceria com o Subprojeto PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, instalar uma oficina de beneficiamento de frutos e plantas medicinais. Para isto, entretanto, são necessárias a aquisição de equipamentos e materiais e capacitação profissional.

Como na sede municipal, há no povoado uma igreja católica, com trabalhos religiosos, aos sábados e domingos, e missa celebrada uma vez ao mês.

É no Prata que se verificam os melhores indicadores de conservação ambiental. As residências têm água encanada e instalações sanitárias. Os quintais são ricamente plantados com diversas espécies de frutos, ervas e plantas medicinais.

2.3. Habitação

Os moradores de São Félix do Tocantins não são proprietários de seus lotes, uma vez que ainda existem disputas judiciais relativas à desapropriação das terras onde se construiu a cidade. Cada um deles tem uma autorização para ocupação do terreno, dada pela Administração Municipal.

Existem dois loteamentos distintos, um de cada lado do Ribeirão São Félix, aproximadamente com o mesmo número de lotes, perfazendo um total de cerca de 670 unidades imobiliárias. Ambos

com estão com cerca de 2 terços desses lotes ainda desocupados. Recentemente foram construídas 55 casas populares e está prevista a construção de mais 19. Os recursos para a construção destas casas são provenientes dos governos federal e estadual, por meio do Programa Casa Nova, Dignidade e Saúde.



Fig. 6 - Cidade de São Félix do Tocantins



Fig. 7 - Vista aérea da cidade



Fig. 8 - Núcleo original



Fig. 9 - Cidade nova



Fig. 10 - Praça Siqueira Campos



Fig. 11 - Biblioteca Municipal



Fig. 12 - Casas populares



Fig. 13 - Ligação entre as duas partes da cidade



Fig. 14 - Vossorocas

2.4. Saneamento Ambiental

2.4.1. Abastecimento de Água

O abastecimento de água é de responsabilidade do Município, com assistência do SANEATINS, órgão estadual de saneamento. A água para abastecimento vem de poços profundos, atendendo a toda a população.

2.4.2. Esgotamento Sanitário e Drenagem Pluvial

Não há rede de esgoto nem de drenagem pluvial. Recentemente, foram construídas na sede do Município 80 instalações sanitárias em residências, 30 no Povoado Prata e 1 em cada escola rural. Cerca de 98% dos domicílios têm fossas sépticas. A drenagem é superficial, mesmo nas ruas pavimentadas.

2.4.3. Resíduos Sólidos

A coleta de lixo não é feita diariamente. Quando recolhido, o lixo é transportado em carreta puxada por trator e lançado em algumas áreas a céu aberto, próximo à estrada de ligação a Mateiros. É freqüente a queima do lixo nos quintais das residências. Não há serviço de varrição das ruas e a capina é esporádica.

2.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública

A energia elétrica é fornecida pela CELTINS, atendendo a sede do município e o povoado do Prata. Existe iluminação pública nas principais ruas das duas partes da sede do Município. A ligação entre as duas partes, entretanto, não está iluminada. Não há A eletrificação rural no Município.

2.6. Comunicação

Em São Félix do Tocantins, não há entrega domiciliar de correspondência, apesar da existência de uma agência postal, na Prefeitura Municipal, para pagamento dos funcionários, feito em espécie, pois não há agência bancária na cidade. A bolsa-escola também é paga da mesma forma, no *Caixa Aqui*, da Caixa Econômica Federal, existente na cidade.

A correspondência chega por ônibus, 2 vezes por semana, e é distribuída pela agência postal.

O serviço de telefonia acaba de ser implantado, atendendo a Prefeitura Municipal, o comércio e as residências, além dos 5 telefones públicos.

É possível acessar as redes de televisão Cultura e TV Palmas. As demais redes só são captadas por meio de antenas parabólicas. Não há rádio nem jornal na cidade. Tampouco existem bancas de revistas e jornais.

2.7 Sistema Viário e Transportes

Apenas três ruas são pavimentadas. Não há sistema de transporte urbano.

Há um serviço de ônibus intermunicipal que liga o Município a Palmas duas vezes por semana e vai até o Prata. Não há terminal rodoviário. O transporte intermunicipal faz uma parada, em frente à Praça Siqueira Campos, na sede municipal, e outra, em frente ao Comercial D. Maria, no Prata.

3. DIMENSÃO SOCIAL

3.1. Aspectos Demográficos

A região do Jalapão, com 12,31% do território estadual, caracteriza-se por um grande vazio populacional, com uma densidade demográfica de 0,78 hab/km², bem inferior à média do Estado, de 4,17 hab/km².

São Félix do Tocantins, dentre os 8 municípios da região, é o sexto em área geográfica e o de menor população, com densidade demográfica de 0,66 hab/km², abaixo da média regional, de 0,78 hab/km².

Tabela 1- Densidade Demográfica da Região do Jalapão

| MUNICÍPIO | ÁREA (Km ²) | POPULAÇÃO (2000) | DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²). |
|---------------------------|----------------------------|---------------------|---|
| Lagoa do Tocantins | 911,336 | 2.530 | 2,77 |
| Lizarda | 5.723,201 | 3.787 | 0,66 |
| Mateiros | 9.591,543 | 1.646 | 0,17 |
| Novo acordo | 2.671,882 | 3.057 | 1,14 |
| Ponte Alta do Tocantins | 6.491,089 | 6.172 | 0,95 |
| Rio do Sono | 6.357,117 | 6.089 | 0,96 |
| Santa Tereza do Tocantins | 539,908 | 2.114 | 3,91 |
| São Félix do Tocantins | 1.908,669 | 1.269 | 0,66 |
| Total | 34.194,745 | 26.664 | 0,78 |

Fonte: SEPLAN/DPI

Nos últimos 30 anos a população total da região cresceu à taxa de 0,75%, enquanto a taxa de crescimento do Estado foi de 2,70%. Neste período, a região teve um acréscimo de 5.368 habitantes, sendo que a população urbana aumentou em 10.456 pessoas e a população rural perdeu 4.747 habitantes. Trata-se de um crescimento abaixo dos níveis de reposição populacional. Na última década, 1991-2000, a população do Estado cresceu a uma taxa de 2,58%, maior do que o crescimento do Brasil, de 1,6%, enquanto a taxa de crescimento da população na região foi de 0,40%.

A participação da população regional no total do Estado vem decrescendo continuamente. Em 1970, representava 4,08%. Caiu, em 1980, para 3,2%; em 1991, para 2,8% e, em 2000, chegou a 2,3%.

Entre 1980 e 1993, houve uma redistribuição populacional interna na região, com a criação de cinco novos municípios, o que refletiu em altas taxas negativas de crescimento da população total e rural dos municípios que cederam território e população aos que se emancipavam. Entretanto, os municípios recém criados também mantiveram a tendência de queda da população rural, com exceção de São Félix do Tocantins, no período 1991/96, quando experimentou taxa de crescimento de 5,70%, voltando a perder população rural entre 1996/2000, com taxa negativa (-3,27%).

Apesar da progressiva urbanização observada (em 1970, a população urbana representava 10,56% do total, subindo para 15,13%, em 1980; 29,92%, em 1991 e para 47,65%, em 2000), trata-se de uma região essencialmente rural, não só pela participação ainda majoritária da população residente na área rural, mas também porque as cidades são pequenos povoados, com características mais rurais do que urbanas. Apenas Ponte Alta do Tocantins ultrapassa os dois mil habitantes na área urbana, com 3.276 habitantes (Tabela 2).

São Félix do Tocantins, com a menor população dentre os oito municípios da região, tinha 830 habitantes em 1991, passando para 1.269, em 2000, com o incremento de 439 habitantes em 9 anos. O núcleo urbano tinha 191 habitantes, passando para 531, com o incremento de 340 pessoas. A taxa de crescimento anual da população total do Município, na última década, 1991/2000, foi de 4,83%, enquanto a média regional foi de 0,40% e a do Estado, de 2,58%. A sua população urbana teve a maior taxa de crescimento da Região (12,03%) e a população rural foi a única a crescer positivamente (1,61%) na Região.

A população urbana regional, no período de 1991-2000, cresceu num ritmo semelhante ao do Estado, com taxas de 5,73% e 4,97%, respectivamente. O mesmo ocorreu com o decréscimo da população rural, com taxas de -2,53% para a região e de -2,24%, para o Estado. Mesmo que com pequena diferença, a população regional está urbanizando-se em ritmo mais rápido do que a do Estado (Tabela 3).

São Félix do Tocantins aumentou sua participação no total da população regional de 3,23% em 1991 para 4,76% em 2000. Da mesma forma, a sua população urbana, que representava 2,48% do total da população urbana regional, passou para 4,8%, e a rural, de 3,54% para 5,16%.

Tabela 2 - População da Região do Jalapão – 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

| MUNICÍPIOS | 1970 | | | 1980 | | | 1991 | | | 1996 | | | 2000 | | |
|---------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL |
| Lagoa do Tocantins | - | - | - | - | - | - | 2.027 | 594 | 1.433 | 2.618 | 1.306 | 1.312 | 2.530 | 1.631 | 899 |
| Lizarda | 8.400 | 360 | 8.040 | 9.503 | 494 | 9.009 | 4.163 | 984 | 3.179 | 4.085 | 1.486 | 2.599 | 3.787 | 1.448 | 2.339 |
| Mateiros | - | - | - | - | - | - | 1.374 | 374 | 1.000 | 1.490 | 640 | 1.008 | 1.646 | 640 | 1.006 |
| Novo Acordo | 5.571 | 820 | 4.751 | 6.114 | 1.502 | 4.612 | 2.464 | 1.083 | 1.381 | 2.963 | 1.916 | 1.047 | 3.057 | 1.968 | 1.089 |
| Ponte Alta do Tocantins | 7.325 | 1.069 | 6.256 | 7.972 | 1.574 | 6.398 | 6.132 | 1.957 | 4.175 | 6.579 | 2.989 | 3.590 | 6.172 | 3.276 | 2.896 |
| Rio Sono | - | - | - | - | - | - | 6.984 | 1.612 | 5.372 | 6.531 | 1.919 | 4.612 | 6.089 | 1.871 | 4.559 |
| Santa Tereza do Tocantins | - | - | - | - | - | - | 1.734 | 898 | 836 | 2.155 | 1.297 | 858 | 2.114 | 1.340 | 774 |
| São Félix do Tocantins | - | - | - | - | - | - | 830 | 191 | 639 | 1.155 | 312 | 843 | 1.269 | 531 | 738 |
| Total | 21.296 | 2.249 | 19.047 | 23.589 | 3.570 | 20.019 | 25.708 | 7.693 | 18.015 | 27.576 | 11.865 | 15.869 | 26.664 | 12.705 | 14.300 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1966

Tabela 3 - Região do Jalapão - Taxas de crescimento populacional 1970/80, 1980/1991, 1991/96, 1996/2000, 1991/2000

| MUNICÍPIOS | 1970/80 | | | 1980/91 | | | 1991/96 | | | 1996/2000 | | | 1991/2000 | | |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL |
| Lagoa do Tocantins | - | - | - | - | - | - | 5,25 | 17,06 | -1,75 | -1,14 | 5,71 | -9,02 | 2,5 | 11,87 | -5,04 |
| Lizarda | 1,24 | 3,21 | 1,14 | -7,23 | 6,46 | -9,04 | -7,57 | 8,59 | -3,95 | -1,87 | -0,64 | -2,60 | -1,04 | 4,38 | -3,35 |
| Mateiros | 0,12 | 0,04 | 0,14 | 2,05 | 5,07 | 1,16 | 1,63 | 5,20 | 0,16 | 2,52 | 7,34 | -0,05 | 2,03 | 6,15 | -0,6 |
| Novo Acordo | 0,93 | 6,24 | -0,30 | -7,93 | -2,93 | -10,38 | 3,75 | 12,08 | -5,38 | 0,78 | 0,67 | 0,99 | 2,42 | 6,86 | -0,5 |
| Ponte Alta do Tocantins | 0,85 | 3,94 | 0,22 | -2,36 | 2,00 | -3,81 | 1,42 | 8,84 | -2,97 | -1,58 | 2,32 | -5,23 | 0,07 | 5,89 | -3,98 |
| Rio Sono | - | - | - | - | - | - | -1,33 | 3,55 | -3,00 | -1,73 | -0,63 | -0,29 | -1,51 | 1,67 | -1,80 |
| Santa Tereza do Tocantins | - | - | - | - | - | - | 4,44 | 7,63 | 0,52 | -0,48 | 0,82 | -2,54 | 2,20 | 4,54 | -0,85 |
| São Félix do Tocantins | - | - | - | - | - | - | 6,83 | 10,31 | 5,70 | 2,38 | 14,22 | -3,27 | 4,83 | 12,03 | 1,61 |
| Total | 1,03 | 4,73 | 0,50 | 0,79 | 7,23 | -0,95 | 1,41 | 9,05 | -2,50 | -0,83 | 1,72 | -2,57 | 0,40 | 5,73 | -2,53 |

Fonte: DPI/SEPLAN

Segundo o Censo Demográfico, havia no Município, em 2.000, 183 crianças de 0 a 4 anos, sendo 76 na área urbana e 107 na área rural; e 53 pessoas acima de 65 anos, sendo 13 na área urbana e 40 na área rural. A distribuição da população por faixa etária e situação do domicílio é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 - População residente por faixa etária e situação do domicílio

| FAIXA ETÁRIA | TOTAL | | URBANA | | RURAL | |
|--------------|--------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|
| | ABS. | %/ | ABS. | % | ABS. | % |
| 0 a 4 | 183 | 14,42 | 76 | 14,31 | 107 | 14,50 |
| 5 a 9 | 185 | 14,58 | 81 | 15,25 | 104 | 14,09 |
| 10 a 14 | 191 | 15,05 | 86 | 16,20 | 105 | 14,23 |
| 15 a 17 | 98 | 7,72 | 41 | 7,72 | 57 | 7,72 |
| 18 a 29 | 226 | 17,81 | 95 | 17,89 | 131 | 17,75 |
| 30 a 49 | 245 | 19,31 | 111 | 20,90 | 134 | 18,16 |
| 50 a 64 | 88 | 6,93 | 28 | 5,27 | 60 | 8,13 |
| 65 e mais | 53 | 4,18 | 13 | 2,45 | 40 | 5,42 |
| TOTAL | 1.269 | 100,00 | 531 | 100,00 | 738 | 100,00 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

A distribuição etária da população de São Félix do Tocantins revela uma população bastante jovem, assim como no Estado. Percebe-se uma participação relativa bastante alta da faixa de 0 a 15 anos, 44,05% contra 40,13 na região e 35,20% no Estado. A população com 65 anos e mais é menor na área urbana do município, 2,43% do total, do que na área rural, de 5,42%, conforme revela a Tabela 5.

Tabela 5 - Região do Jalapão - População por Domicílio e Grupos de Idade - 2000

| ÁREA GEOGRÁFICA | POPULAÇÃO | | | | | | | | | | | |
|-----------------|-----------|--------|---------|-----------|--------|--------|---------|-----------|-------|--------|---------|-----------|
| | TOTAL | | | | URBANA | | | | RURAL | | | |
| | ATÉ 4 | 5 A 14 | 15 A 64 | 65 E MAIS | ATÉ 4 | 5 A 14 | 15 A 64 | 65 E MAIS | ATÉ 4 | 5 A 14 | 15 A 64 | 65 E MAIS |
| São Félix do TO | 14,4 | 29,6 | 51,8 | 4,2 | 14,3 | 31,4 | 51,8 | 2,4 | 14,5 | 28,3 | 51,8 | 5,4 |
| Região Jalapão | 13,3 | 26,8 | 54,4 | 5,5 | 12,1 | 26,9 | 55,3 | 5,6 | 14,3 | 26,7 | 53,7 | 5,3 |
| Tocantins | 11,6 | 23,6 | 60,3 | 4,5 | 11,2 | 25,7 | 61,1 | 4,4 | 12,8 | 23,3 | 57,7 | 4,9 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2.000

A distribuição por gênero é bastante equilibrada, com ligeiro predomínio masculino, seguindo a tendência observada na região e no Estado, ao contrário do perfil nacional onde o maior peso é o das mulheres. Em São Félix do Tocantins, 51,38% da população é constituída de homens. Na região, a participação masculina é de 53% e no Estado, de 51,5%. Esta situação inverte-se na área urbana do município, onde a maior participação percentual é das mulheres com 51,60% do total (Tabela 6).

Tabela 6 - Região do Jalapão - População por Situação do Domicílio e Gênero - 2000

| MUNICÍPIOS | 2000 | | | | | | | | |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | TOTAL | | | URBANA | | | RURAL | | |
| | TOTAL | MASC | FEM. | TOTAL | MASC | FEM. | TOTAL | MASC | FEM. |
| Lagoa do TO | 2.530 | 1.320 | 1.210 | 1.631 | 830 | 801 | 899 | 490 | 409 |
| Lizarda | 3.787 | 2.022 | 1.765 | 1.448 | 724 | 724 | 2.339 | 1.298 | 1.041 |
| Mateiros | 1.646 | 845 | 801 | 640 | 317 | 323 | 1.006 | 528 | 478 |
| Novo Acordo | 3.057 | 1.539 | 1.518 | 1.968 | 942 | 1.026 | 1.089 | 597 | 492 |
| Ponte Alta do TO | 6.172 | 3.353 | 2.819 | 3.276 | 1.680 | 1.596 | 2.896 | 1.673 | 1.223 |
| Rio Sono | 6.089 | 3.300 | 2.789 | 1.871 | 946 | 925 | 4.218 | 2.354 | 1.864 |
| Sta. Tereza do TO | 2.114 | 1.113 | 1.001 | 1.340 | 681 | 659 | 774 | 432 | 342 |
| São Félix do TO | 1.269 | 652 | 617 | 531 | 257 | 274 | 738 | 395 | 343 |
| TOTAL | 26.664 | 14.144 | 12.520 | 12.705 | 6.377 | 6.328 | 13.959 | 7.767 | 6.192 |

Fonte: IBGE. – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

A razão de dependência demográfica do Município, apresentada na Tabela 7, é de 93, ou seja, 93 pessoas hipoteticamente dependentes para 100 em idade produtiva (de 15 a 64 anos). A razão de dependência média da região é de 83 e a do Estado é de 66. Isto demonstra o peso da população jovem, de 0 a menos de 15 anos, no total da população municipal, já que a população com mais de 65 anos é menor no município do que na região e no Estado.

Tabela 7 - Razão de Dependência Demográfica

| ÁREA GEOGRÁFICA | TOTAL | URBANA | RURAL |
|------------------------|-------|--------|-------|
| São Félix do Tocantins | 93 | 93 | 93 |
| Jalapão | 83 | 80 | 86 |
| Tocantins | 66 | 64 | 73 |

Fonte: DPI/SEPLAN

3.2. Aspectos Culturais

Existem na cidade uma Biblioteca Municipal, na cidade nova, e um Clube Comunitário, no núcleo original. Há, ainda, uma biblioteca na escola estadual, aberta aos alunos e à população.

Como festas tradicionais podem ser mencionadas a da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, celebrada a 08 de dezembro, a de Santos Reis, a do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Livramento, as Festas Juninas e o aniversário da cidade, comemorado no dia 20 de fevereiro, data da emancipação.

Em 1993, foi aprovada pela Câmara Municipal a mudança da data de comemoração do aniversário da cidade para 1º de janeiro ao invés do dia da promulgação da lei de emancipação.

Comemoram-se, ainda, o Dia das Mães e o Dia das Crianças. São comuns, também, na zona rural, as celebrações das datas dedicadas a diversos santos, como devoções de famílias ou de comunidades específicas.

Compõem a culinária típica o frango caipira, o arroz com pequi, o doce de buriti, o bolo de polvilho. Também são conhecidos os licores de caju e jenipapo.

O artesanato de madeira e palha é comum, com a produção de balaios, tipitis, peneiras e esteiras. Também são produzidos objetos com o capim dourado, típico do Jalapão, principalmente no Prata, que o comercializa na Casa do Artesão existente no povoado. O buriti é outro material bastante utilizado para a produção artesanal.

3.3. Educação

Até 1991, havia no Município apenas 1 escola estadual, ministrando o ensino básico e o médio. A partir de 1992 é que foram criadas escolas municipais, sendo a maioria delas de 1993 e 1994.

O Município conta atualmente com oito escolas municipais: uma escola infantil, na sede municipal, com alfabetização, e sete escolas de ensino básico, na área rural, com turmas de 1ª à 4ª série. As instalações de quatro escolas são novas, uma é regular e as da escola infantil e de duas das escolas rurais são improvisadas.

O Município conta com um professor de educação infantil, na área urbana, e dez professores distribuídos pelas sete escolas rurais. Dez desses professores têm o curso de magistério.

A escola estadual em São Félix do Tocantins, com instalações razoáveis, funciona em três turnos, com as 8 séries do ensino básico e todo o ensino médio. Atuam aí vinte e dois professores, dos quais nove têm nível superior. Três estão cursando o terceiro grau e três não têm o curso de magistério.

É praticado pelo estado do Tocantins o sistema de educação continuada para a qualificação de seus professores e as escolas estaduais já adotaram os Currículos Escolares propostos pelo MEC.

Eventualmente o SEBRAE realiza alguns cursos profissionalizantes, mas a cidade se ressentida da falta de escola de formação profissional para a preparação da população, principalmente dos jovens, para o trabalho.

As matrículas anuais registradas no Município, bem como as evasões e repetências, são indicadas na Tabela 8. As evasões e repetências ocorrem, na maioria dos casos, porque os alunos precisam auxiliar os pais nas atividades agrícolas ou pecuárias. Pela Tabela 1 pode-se perceber que muitas das vezes não se trata de evasão, mas, sim, de desistência, uma vez que o aluno matriculado nem chega a freqüentar a escola.

Tabela 8 – Matrículas, evasões e repetências por nível de ensino, categoria da escola e ano.

| ANO | EDUCAÇÃO INFANTIL | | | | ENSINO BÁSICO | | | | ENSINO MÉDIO | | | | TOTAL | | | |
|-------------|-------------------|-----------|---------------|----------|---------------|------------|---------------|-----------|--------------|-----------|---------------|----------|------------|------------|---------------|-----------|
| | Matric. | | Evasão /Repet | | Matric. | | Evasão /Repet | | Matric. | | Evasão /Repet | | Matric. | | Evasão /Repet | |
| | MI | MF | EV | RP | MI | MF | EV | RP | MI | MF | EV | RP | MI | MF | EV | RP |
| 2000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 340 | 275 | 53 | 27 | 59 | 53 | 9 | 5 | 383 | 336 | 62 | 32 |
| Municipal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estadual | 0 | 0 | 0 | 0 | 340 | 275 | 53 | 27 | 59 | 53 | 9 | 5 | 383 | 336 | 62 | 32 |
| 2001 | 0 | 0 | 0 | 0 | 371 | 288 | 58 | 15 | 59 | 45 | 10 | 5 | 430 | 333 | 68 | 20 |
| Municipal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estadual | 0 | 0 | 0 | 0 | 371 | 288 | 58 | 15 | 59 | 45 | 10 | 5 | 430 | 333 | 68 | 20 |
| 2002 | 19 | 16 | 3 | 0 | 467 | 402 | 80 | 42 | 43 | 34 | 9 | 5 | 529 | 452 | 92 | 47 |
| Municipal | 19 | 16 | 3 | 0 | 127 | 100 | 27 | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 146 | 116 | 30 | 15 |
| Estadual | 0 | 0 | 0 | 0 | 340 | 302 | 53 | 27 | 43 | 34 | 9 | 5 | 383 | 336 | 62 | 32 |

MI = Matrícula Inicial

MF = Matrícula Final

EV = Evasão

RP = Repetência

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2003

A educação de jovens e adultos, desenvolvida na escola estadual no ano de 2000, registrou 29 matrículas iniciais e 11 finais. Em 2001, a mesma escola desenvolveu classes multisseriadas do ensino básico, com 35 matrículas iniciais e 13 finais.

A defasagem idade / série no Município é bastante elevada, tanto no ensino básico quanto no médio, conforme se pode observar na Tabela 9. Os principais fatores a contribuir para essa distorção são a falta de infra-estrutura de transportes e as longas distâncias, além da necessidade da mão-de-obra infantil e adolescente nos trabalhos rurais para aumento da renda familiar. O índice de analfabetismo entre a população acima de 18 anos é superior a 35%.

Tabela 9 – Defasagem idade / série por ano

| ANO | PERCENTUAL DA MATRÍCULA INICIAL | |
|------|---------------------------------|--------------|
| | ENSINO BÁSICO | ENSINO MÉDIO |
| 2000 | 52,6% | 79,7%, |
| 2001 | 67,4% | 81,3%, |
| 2002 | 54,7% | 86,0% |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Em termos de alfabetização, segundo o Censo Demográfico de 2000, 74,31% da população do Município acima de 5 anos de idade era alfabetizada, com uma taxa de analfabetismo de 25,69%, menor do que a taxa média da região, de 29,10%, e maior do que a média do Estado, de 22,43%. A taxa de analfabetismo urbano no Município era de 24,18% e a rural, de 26,78%, contra 30,88% e 35,49% na Região, respectivamente para as mesmas áreas. A taxa de analfabetismo urbano no Estado, de 18,45%, é bem inferior aos índices do Município e da região, enquanto o analfabetismo rural é superior ao do Município e semelhante ao da região, 34,17%.

A Tabela 10 permite verificar que a faixa etária com menor taxa de analfabetismo é a de 15 a 17 anos, com 9,18%, seguida pela de 10 a 14 anos, com 10,99% e pela de 18 a 29 anos, com 11,06%. Na área urbana, a faixa etária com menor taxa de analfabetismo é a de 18 a 29 anos, com 8,43%, seguida pela faixa dos 15 a 17 anos, com taxa de 9,76%, enquanto na área rural a menor taxa de analfabetismo encontra-se na faixa etária de 15 a 17 anos, 8,77%, seguida pela faixa de 10 a 14 anos, de 11,43% e de 18 a 29 anos, com 12,98%.

É importante salientar a taxa de analfabetismo na faixa de 7 a 9 anos, de 44,35% na população total, 36,17%, na urbana e 50%, na rural, o que indica a existência de crianças nesta faixa etária fora da escola e/ou um ensino fundamental ainda pouco eficiente no processo de alfabetização. Entre os 7 e os 14 anos, a taxa de analfabetismo é de 23,53%, semelhante à taxa de analfabetismo geral do Estado, de 22,43%. Na mesma faixa etária, a taxa de analfabetismo na população urbana era de 19,55% e na rural era de 26,59%. Existia, no ano de 2000, 72 crianças analfabetas entre os 7 e os 14 anos de idade, ou 213 pessoas analfabetas acima dos 7 anos de idade.

A partir dos 15 anos a população de São Félix do Tocantins é cada vez menos alfabetizada. Acima dos 60 anos, 52,5% da população total não é alfabetizada, 68,18% na população urbana e 46,55% na rural.

Tabela 10 - População residente maior de 5 anos e alfabetizada - 2000

| FAIXA ETÁRIA | TOTAL | | | URBANA | | | RURAL | | |
|---------------|------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|
| | TOTAL | ALFABETIZADA | | TOTAL | ALFABETIZADA | | TOTAL | ALFABETIZADA | |
| | | ABS. | %/ | | ABS. | %/ | | ABS. | %/ |
| 5 anos | 37 | 2 | 5,41 | 17 | 1 | 5,88 | 20 | 1 | 5,00 |
| 6 anos | 33 | 2 | 6,06 | 17 | - | - | 16 | 2 | 12,50 |
| 7 a 9 | 115 | 64 | 55,65 | 47 | 30 | 63,83 | 68 | 34 | 50,00 |
| 10 a 14 | 191 | 170 | 89,01 | 86 | 77 | 89,53 | 105 | 93 | 88,57 |
| 15 a 17 | 98 | 89 | 90,82 | 41 | 37 | 90,24 | 57 | 52 | 91,23 |
| 18 a 29 | 226 | 201 | 88,94 | 95 | 87 | 91,57 | 131 | 114 | 87,02 |
| 30 a 49 | 245 | 196 | 80,00 | 111 | 90 | 81,08 | 134 | 106 | 79,10 |
| 50 a 59 | 61 | 45 | 73,77 | 19 | 16 | 84,21 | 42 | 29 | 69,05 |
| 60 e mais | 80 | 38 | 47,50 | 22 | 7 | 31,82 | 58 | 31 | 53,45 |
| TOTAL | 1.086 | 807 | 74,31 | 455 | 345 | 75,82 | 631 | 462 | 73,22 |
| Região | 23.274 | 16.501 | 70,90 | 11.196 | 7.739 | 69,12 | 12.078 | 7.792 | 64,51 |
| Estado | 1.022.853 | 793.467 | 77,57 | 763.816 | 622.944 | 81,55 | 259.037 | 170.523 | 65,83 |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Considerando as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, chefes de domicílios, por anos de estudo, observa-se que 26,14% do total não possuíam qualquer instrução ou tinham menos de um ano de estudo e 42,32% possuíam de 1 a 3 anos de estudo. No total da Região, 30,98% dos chefes de domicílios não possuíam instrução ou tinham menos de 1 ano, e 33,41% possuíam de 1 a 3 anos de estudo, enquanto a situação do Estado é melhor do que a do Município e Região, com 24,25% e 24,37% respectivamente (Tabela 11).

Tabela 11 – Chefes de domicílios particulares permanentes por anos de estudo- 2000

| ÁREA GEOGRÁFICA | CHEFES | ANOS DE ESTUDO | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---------|--------------------------|------|--------|------|--------|------|--------|------|---------|------|-----------|-----|
| | | SEMI INST. OU MENOS DE 1 | | 1 A 3 | | 4 A 7 | | 8 A 10 | | 11 A 14 | | 15 E MAIS | |
| | | ABS. | % | ABS. | % | ABS. | % | ABS. | % | ABS. | % | ABS. | % |
| São Félix do Tocantins | 241 | 63 | 26,1 | 102 | 42,3 | 39 | 16,2 | 24 | 10,0 | 8 | 3,3 | 5 | 2,1 |
| Região | 5.858 | 1.815 | 31,0 | 1.957 | 33,4 | 1.284 | 21,9 | 404 | 6,9 | 363 | 6,2 | 29 | 0,5 |
| Tocantins | 280.281 | 67.979 | 24,2 | 68.318 | 24,4 | 73.431 | 26,2 | 27.997 | 10,0 | 33.753 | 12,0 | 8.486 | 3,0 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

3.4. Esporte e Lazer

Existem duas quadras esportivas, uma delas na escola estadual, e um campo de futebol na cidade nova. Há também um Clube Comunitário, além das instalações à margem do rio Soninho, assemelhadas a um balneário bastante simples, onde há um campo de areia e uma quadra para a prática de vôlei de praia. Existem ainda alguns campos de várzea onde se pratica o futebol.

As práticas esportivas mais frequentes são o vôlei de praia, o futsal, com um torneio estudantil anual, o karatê e o futebol de campo.

3.5. Promoção Social

Mensalmente são distribuídas 40 cestas básicas a famílias cadastradas pela Administração Municipal. Aproximadamente 98% da população estão cadastrados em algum dos programas sociais implantados no Município.

Funcionam com regularidade o Portal Alvorada, uma parceria do Governo Federal com a Prefeitura Municipal para o desenvolvimento de programas sociais, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – que atende 30 famílias; o Programa Bolsa Cidadã, com 20 participantes do Força Jovem da Cidade e 10 participantes como Agentes de Apoio à Força Jovem; o Programa de Pioneiros Mirins, com 122 integrantes; a Bolsa Escola para 104 participantes e a Bolsa Alimentação para 34 participantes.

Não existe atendimento especial para os idosos ou portadores de necessidades especiais. Inexiste asilo para esse contingente ou creche para as crianças abaixo da idade da educação infantil.

A Administração Municipal mantém, em Palmas, um escritório de representação do Município, onde são desenvolvidos os trabalhos de Assessoria Jurídica e Contabilidade da Prefeitura. Na mesma edificação, funciona uma Casa de Apoio à população de menor poder aquisitivo que necessita deslocar-se à capital por problemas de saúde ou para resolver questões jurídicas ou de regularização fundiária.

3.6. Saúde

O Município conta apenas com um Posto de Saúde, composto por um consultório médico, sala de curativos, sala de vacina, sala administrativa e depósito de equipamentos. Está equipado com 1 mesa para curativos, 2 macas, 1 estufa, 2 aparelhos para medir a pressão arterial, 1 aparelho de nebulização, 1 balança antropométrica, 1 balança para pesar crianças, 1 freezer, 1 refrigerador, 2 caixas térmicas e 2 estantes. A equipe de profissionais de saúde é formada por 1 enfermeira, 1 técnico em enfermagem, 1 atendente e 4 agentes de saúde, três deles na área rural.

Há distribuição regular de medicamentos. Funcionam regularmente os programas de acompanhamento de diabetes, pressão arterial, hanseníase, tuberculose e diarreias. Cerca de 90% da população estão cadastrados no CADSUS.

Em 2002 foram diagnosticados 3 casos de hanseníase em São Félix do Tocantins. A gravidez entre adolescentes registrou 5 casos.

O Município tem uma ambulância para atendimento à população. As doenças de complexidade são encaminhadas para Palmas. Um veículo Toyota adaptado dá assistência à área rural.

Existe, ainda, uma farmácia caseira que produz medicamentos feitos com ervas medicinais.

A falta de saneamento básico, a pouca escolaridade e o baixo poder aquisitivo da população fazem com que os casos de desnutrição entre crianças menores de 5 anos e problemas de verminose e infecção respiratória sejam comuns.

3.7. Segurança Urbana

Existe uma delegacia, sem delegado, e um contingente de 3 policiais, sendo 1 cabo e 2 soldados. Não há viatura para a ronda policial. É bastante baixo o nível de violência; as ocorrências limitam-se a casos de embriaguez e brigas ou agressões decorrentes. O Município está jurisdicionado à Comarca de Novo Acordo.

4. DIMENSÃO ECONÔMICA

4.1. Dinâmica Econômica

A economia do Município é altamente dependente das transferências constitucionais, particularmente do Fundo de Participação dos Municípios.

A principal atividade econômica do Município é a pecuária extensiva de cria e recria de bovinos, predominantemente o gado curraleiro. Há ainda a criação de suínos, em menor escala, e uma produção agrícola de feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e arroz, cultivados em várzeas, varjões e manchas de terra existentes em meio ao solo predominantemente arenoso. É uma cultura de subsistência, com baixa produtividade, sem gerar excedentes para comercialização.

Não existem indústrias no Município, a não ser uma máquina de beneficiamento de arroz, uma mini padaria, duas mini confecções, uma pequena fábrica de sabão e outra de remédios preparados com plantas medicinais, que praticamente não geram empregos, uma vez que os próprios donos trabalham nesses estabelecimentos.

O principal empregador é o setor público, com 70 funcionários, e a renda familiar média é inferior a meio salário-mínimo.

O Censo Demográfico de 2000 informa que 33,60% dos chefes de domicílios, em São Félix do Tocantins, não tinham qualquer rendimento, enquanto 49,38% recebiam até dois salários mínimos. No total do Estado, 13,80% não tinham rendimento e 57,84% recebiam até 2 salários mínimos.

4.2. Abastecimento

Há 3 minimercados e 1 posto de gasolina. O Município conta, ainda, com outros 7 estabelecimentos comerciais ou de serviços que geram emprego informal para 12 pessoas, com a remuneração de 1 salário mínimo.

No núcleo original há um depósito de combustível, não utilizado atualmente.

Há 3 açougues, 1 no núcleo original e 2 na cidade nova, e está em fase final de construção um matadouro, no limite da área hoje

urbanizada do núcleo original, em direção ao balneário existente às margens do Rio Soninho.

4.3. Potencialidade Turística

O principal atrativo turístico de São Félix do Tocantins é o Rio do Sono, propício para banhos, canoagem e pesca.

Às margens do Rio Soninho, há uma área que funciona como balneário, com algumas mesas para piquenique, uma quadra de areia e um quiosque para venda ocasional de bebidas.

Merece destaque o Fervedouro no Riacho Alecrim, próximo ao balneário e a 1 800 m da sede do Município.

Além desses, as formações rochosas e as cachoeiras próximas apresentam potencial para exploração turística, por meio de trilhas ecológicas.

Nos últimos anos tem ocorrido o Rally dos Sertões que percorre boa parte do Tocantins, passando por São Félix do Tocantins. São centenas de pessoas, entre concorrentes, organizadores, acompanhantes, equipes de apoio e imprensa, que cruzam o Município, em direção ao norte. Não existe qualquer infra-estrutura capaz de atender a demanda representada por elas.

O Município participa do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, tendo realizado as duas primeiras fases de oficinas propostas para o Programa. A terceira fase está prevista ainda para o ano de 2003.



Fig. 15 - Morro Mandacaru (da Catedral)



Fig. 16 - Fervedouro



Fig. 17 - Rio Soninho (Balneário)

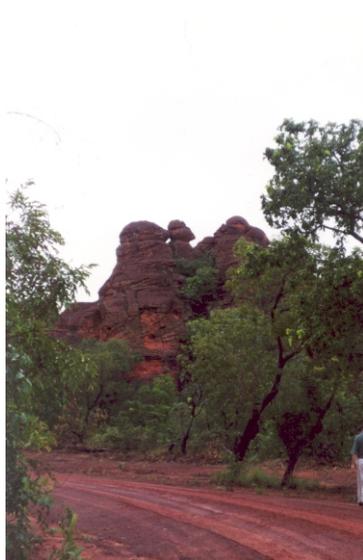


Fig. 18 - Formações rochosas



Fig. 19 - Veredas da região

5. DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

5.1. Capacidade de Administração e Gestão

A Administração Municipal é composta do Gabinete do Prefeito, 7 Secretarias e 3 Departamentos. As Secretarias são: de Administração, de Finanças, de Educação, Cultura e Desporto, de Saúde, de Promoção Social, de Turismo e Meio Ambiente e a da Criança e da Juventude. Os Departamentos que completam a estrutura administrativa são: Agropecuário, de Obras e Serviços Urbanos e o de Transportes.

O quadro de funcionários da Administração Municipal foi fixado pela Lei 041/1995, alterada no tocante aos cargos comissionados pela Lei 063/1997, que dispõe também sobre alterações na estrutura administrativa. No tocante aos cargos efetivos, entretanto, manteve o disposto na lei anterior. Ao todo, são 70 funcionários, 25 efetivos e 45 contratados ou comissionados.

A Receita Orçamentária do Município, para o exercício de 2003, foi estimada em R\$ 2.115.100,00 (dois milhões cento e quinze mil e cem reais), correspondente ao orçamento fiscal, originado das arrecadações de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, com desdobramento discriminado na Tabela 3.

A receita é composta primordialmente pelas transferências constitucionais e pelos convênios para a manutenção de programas na área da Saúde e da Educação. A cota parte do FPM responde por R\$ 1.710.000,00, ou seja, cerca de 80% do orçamento anual, enquanto a cota-parte do ICMS, estimada no valor de R\$ 110.000,00, representa aproximadamente 5% da receita total.

Tabela 12- Receita Orçamentária - 2003

| ESPECIFICAÇÃO | DESDOBRAMENTO | FONTE | CATEGORIA ECONÔMICA |
|---|---------------|--------------|---------------------|
| Receitas Correntes | | | 2.248.750,00 |
| Receita Tributária | | 43.000,00 | |
| Impostos | 39.000,00 | | |
| Taxas | 3.000,00 | | |
| Contribuição de Melhoria | 1.000,00 | | |
| Receita Patrimonial | | 6.500,00 | |
| Receita Industrial | | 1.000,00 | |
| Receita de Serviços | | 3.500,00 | |
| Transferências Correntes | | 2.187.250,00 | |
| Transferências Intergovernamentais | 2.116.650,00 | | |
| Transferências da União | 1.730.500,00 | | |
| Participação na Receita da União | 1.712.000,00 | | |
| Outras Transferências da União | 18.500,00 | | |
| Transferências dos Estados | 113.000,00 | | |
| Participação na Receita dos Estados | 111.000,00 | | |
| Outras Transferências dos Estados | 2.000,00 | | |
| Transferência de Recursos do FUNDEF | 273.150,00 | | |
| Transferências de Convênios | 70.600,00 | | |
| Transferência de Convênios da União e de suas Entidades | 50.100,00 | | |
| Transferência de Convênios dos Estados | 18.000,00 | | |
| Transf. de Convênios de Instituições Privadas | 2.500,00 | | |
| Receitas de Capital | | | 139.500,00 |
| Transferências de Capital | | 130.000,00 | |
| Transferências de Convênios | 120.000,00 | | |
| Transf. de Conv. dos Estados e de suas Entidades | 30.000,00 | | |
| Transf. de Convênios de Instit. Privadas | 10.000,00 | | |
| Outras Receitas de Capital | | 5.000,00 | |
| Deduções Proveniente da Part. na Receita da União | | - 256.500,00 | |
| Deduções Prov. de Outras Transferências da União | | - 150,00 | |
| Deduções de Receita Prov. da Part. na Receita dos Estados | | - 16.500,00 | |
| Receitas de Capital | | | 139.500,00 |
| Operações de Créditos | 1.000,00 | | |
| Alienação de Bens | | 3.500,00 | |
| Transferências de Capital | | 130.000,00 | |
| Transferências Intergovernamentais | 10.000,00 | | |
| Transferências da União | 5.000,00 | | |
| Transferências dos Estados | 5.000,00 | | |
| Transferências de Convênios | 120.000,00 | | |
| Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | 80.000,00 | | |
| Transf. de Convênios dos Estados e de suas Entidades | 30.000,00 | | |
| Transferências de Convênios de Instituições Privadas | 10.000,00 | | |
| Outras Receitas de Capital | | 5.000,00 | |
| SUBTOTAL DA RECEITA ORÇADA | | | 2.388.250,00 |
| Deduções Proveniente da Part. na Receita da União | | - 256.500,00 | |
| Deduções Prov. de Outras Transferências da União | | - 150,00 | |
| Deduções Prov. da Part. na Receita do Estado | | - 16.500,00 | |
| TOTAL DA RECEITA ORÇADA | | | 2.115.100,00 |

Fonte: Lei Orçamentária Anual

O Município tem o serviço da Dívida Ativa e a previsão de arrecadação para 2003 foi de R\$ 1.500,00.

A Despesa Orçamentária para 2003 foi igualmente fixada em R\$ 2.115.100,00 (Dois milhões cento e quinze mil e cem reais), desdobrada conforme demonstrativo por órgãos e fontes a seguir:

Tabela 13 – Despesa Orçamentária - 2003

| ÓRGÃO | RECURSOS DO TESOURO | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | TOTAL |
|--|------------------------|------------------------------|---------------------|
| Câmara Municipal | 130.000,00 | - | 130.000,00 |
| Gabinete do Prefeito | 165.000,00 | - | 165.000,00 |
| Secretaria de Administração | 540.000,00 | 45.000,00 | 585.000,00 |
| Secretaria de Finanças | 85.349,00 | - | 85.349,00 |
| Secretaria da Educação, Cultura e Desporto | 474.000,00 | 40.500,00 | 514.500,00 |
| Secretaria de Saúde | 285.000,00 | 62.100,00 | 347.100,00 |
| Secretaria de Promoção Social | 219.000,00 | 48.000,00 | 267.000,00 |
| SUB-TOTAL | 1.898.349,00 | 195.600,00 | 2.093.949,00 |
| Reserva de Contingência | 21.151,00 | - | 21.151,00 |
| TOTAL DA DESPESA FIXADA | 1.919.500,00 | 195.600,00 | 2.115.100,00 |

Fonte: Lei Orçamentária Anual - 2003

O Plano Plurianual do Município de São Félix do Tocantins, para o período de 2002 a 2005, estabelece em seu Art. 2º as diretrizes para a ação municipal:

“Art. 2º - O presente Plano Plurianual é elaborado visando as seguintes diretrizes para a ação municipal:

I - garantir o direito ao acesso a programas de habitação à população de baixa renda;

II - garantir aos alunos das escolas municipais melhores condições de ensino;

III - criar condições para o desenvolvimento socioeconômico do Município, inclusive com o objetivo de aumentar o nível de emprego e melhorar a distribuição de renda;

IV - realizar campanhas para solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;

V - integrar a área rural e áreas periféricas ainda à margem de melhoramentos urbanos;

VI - integrar os programas municipais com o Estado e a União;

VII – Dar continuidade à implantação da infra-estrutura urbana e rural do Município;

VIII – intensificar as relações com os municípios vizinhos, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns.”

Para o cumprimento dessas diretrizes, foram elaborados os seguintes programas e projetos a serem implementados no período 2002-2005, relacionados na Tabela 14, a seguir.

Tabela 14- Programas e ações municipais para o período 2002 - 2005

| PROGRAMA | OBJETIVO | AÇÕES | VALOR | | | | |
|---|--|--|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | | | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | TOTAL |
| Abertura de Estradas | Atender a população da região e garantir melhor deslocamento | Abertura de estrada que liga Porto Franco a Barrinha, com Bueiro - 10 km- | | 50.000,00 | | | 50.000,00 |
| Agricultura Familiar | Preparar a terra para os pequenos produtores | Aquisição de trator | | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| | Garantir condições de comércio aos pequenos produtores | Reforma da Feira do Produtor | 10.000,00 | | | | 10.000,00 |
| Ampliação da rede de Iluminação Pública | Garantir melhor qualidade de vida e segurança da população | Ampliação da rede de Iluminação Pública | 10.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 100.000,00 |
| Ampliação da Rede de Energia Elétrica, para beneficiar a Praia do Alecrim | Preparar estrutura física para receber o turista e garantir melhores condições aos trabalhadores da área | Construção de 1 km de rede de energia elétrica para atender a Praia do Alecrim | 5.000,00 | | | | 5.000,00 |
| Construção das Salas de Aula e Aquisição de Equipamentos | Garantir mais vagas nas salas de aula para crianças e adolescentes | Construção de 4 salas de aula na sede do Município | | | 77.200,00 | | 77.200,00 |
| | | Aquisição de 160 carteiras escolares | | | 2.800,00 | | 2.800,00 |
| Desenvolvimento da Agricultura | Garantir produto de qualidade e higiene para o consumo da população | Conclusão do Matadouro Municipal | 10.000,00 | | | | 10.000,00 |
| Desenvolvimento do Esporte Amador | Incentivar crianças e adolescente para a Prática de Esporte | Construção da Quadra Poliesportiva no Povoado do Prata | 40.000,00 | | | | 40.000,00 |
| Desenvolvimento Socioeconômico | Preparar a estrutura física para desenvolvimento de atividades artesanais e culturais | Construção de um Centro Comunitário | | 70.000,00 | | | 70.000,00 |
| | | Aquisição de Móveis e Equipamentos | | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| Desenvolvimento de Turismo e Lazer | Preparar a estrutura física para atender o turista | Infra-estrutura de Balneário da Praia do Alecrim | 15.000,00 | 30.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 85.000,00 |

continua

continuação

| PROGRAMA | OBJETIVO | AÇÕES | VALOR | | | | |
|--|--|--|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | | | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | TOTAL |
| Infra-estrutura do DMER | Facilitar o acesso e o escoamento da produção da região | Construção de Ponte no Rio Sono – Divisa com Mateiros, c/ 40 m | | | | 60.000,00 | 60.000,00 |
| | Garantir local apropriado para a frota municipal | Ampliação da Garagem do Município | | | 10.000,00 | | 10.000,00 |
| Infra-estrutura do Esporte Amador | Garantir a pratica do esporte as crianças e jovens do Município | Construção de campo de futebol gramado | | 30.000,00 | 20.000,00 | | 50.000,00 |
| Infra-estrutura do Poder Legislativo | Construir e equipar a Câmara Municipal | Construção do Prédio da Câmara Municipal | 70.000,00 | | | | 70.000,00 |
| | | Aquisição de Móveis e Equipamentos | | 15.000,00 | 5.000,00 | | 20.000,00 |
| Infra-estrutura do Poder Legislativo | Construir e equipar a Câmara Municipal | Construção do Prédio da Câmara Municipal | 70.000,00 | | | | 70.000,00 |
| | | Aquisição de Móveis e Equipamentos | | 15.000,00 | 5.000,00 | | 20.000,00 |
| Infra-estrutura de Praças e Jardins | Garantir estrutura física para o lazer de jovens e crianças | Conclusão da Praça Siqueira Campos | 20.000,00 | | | | 20.000,00 |
| | | Construção de Praça | | 40.000,00 | 50.000,00 | 60.000,00 | 150.000,00 |
| Infra-estrutura de Praças e Jardins | Embelezar a cidade e propiciar melhor qualidade de vida para a população. | Arborização e Jardinagem das Avenidas Teotônio Segurado, Dr. Rubinho e Climério Dias | 10.000,00 | 20.000,00 | 30.000,00 | 15.000,00 | 75.000,00 |
| | | | | | | | |
| Infra-estrutura da Sede do Poder Executivo | Conservar e garantir melhores acomodações na sede do poder executivo | Reforma do Prédio da Prefeitura | 10.000,00 | | | | 10.000,00 |
| Merenda Escolar | Garantir alimentos para melhorar o rendimento escolar de crianças e adolescentes da rede pública municipal | Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção da merenda escolar na rede pública municipal | 15.000,00 | 15.750,00 | 16.537,50 | 17.364,38 | 64.651,88 |
| Renovação da Frota Municipal | Fiscalizar e Distribuir a Merenda Escolar nas Escolas da Zona Rural | Aquisição de Veiculo | | | 60.000,00 | | 60.000,00 |
| Planejamento Urbano | Facilitar a identificação e a localização de logradouros e residências | Identificação de Ruas, Avenidas e Casas | 15.000,00 | | | | 15.000,00 |
| | Organizar e definir local adequado para sepultamentos | Construção de cemitério | | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| Saúde Familiar PAB/PACS/PSF | Manutenção de Posto de Saúde, acompanhamento da medicina preventiva e combate à desnutrição infantil | Aquisição de material para manutenção dos Posto de Saúde, Distribuição de leite e remédios para crianças, idosos e gestantes | 8.300,00 | 8.715,00 | 9.150,75 | 9.608,28 | 35.774,04 |

5.2. Legislação

O Município tem um Código Tributário e um Código Municipal de Posturas. Entretanto, não dispõe das Leis de Parcelamento, de Uso e Ocupação do Solo Urbano nem de Código de Edificações.

A elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e das Prestações de Contas da Execução Orçamentária são realizados no escritório de representação do Município, em Palmas, por um contador e um advogado contratados. O Serviço da Dívida Ativa está estruturado no Município.

5.3. Bases Cartográficas

O Município não dispõe de base cartográfica atualizada nem de uma planta cadastral dos imóveis. Existe um levantamento de campo relativo aos lotes urbanos ocupados. A parte nova da sede municipal tem uma planta do loteamento na escala 1:1000, planimétrica e a parte antiga tem planta com as mesmas características, porém plani-altimétrica. Conta ainda o Município com planta planimétrica do loteamento original das chácaras em volta da sede.

6. PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

A análise da documentação disponibilizada, das entrevistas feitas, dos questionários respondidos e dos resultados da 1ª Oficina de Planejamento realizada com a participação dos principais atores locais permitem relacionar alguns fatores internos ao Município que possam favorecer seu desenvolvimento – pontos fortes - e outros que dificultam o desenvolvimento sustentável – pontos fracos.

No referente à inserção regional e relações mantidas por São Félix do Tocantins com os municípios vizinhos também foram verificados aspectos positivos - oportunidades - e negativos - riscos - para o seu desenvolvimento sustentável.

O quadro 1 relaciona os principais fatores internos ou externos:

Quadro 1 – Fatores positivos e negativos para o desenvolvimento municipal sustentável

| PONTOS FORTES - OPORTUNIDADES | PONTOS FRACOS - RISCOS |
|--|---|
| Acesso | |
| Localização privilegiada na região | Perda do sistema de transporte |
| Abertura e encascalhamento da estrada Ponte sobre o Rio Sono | Más condições de conservação da estrada |
| Melhor acesso aos grandes centros | Falta de conservação das estradas da região |
| Dinâmica econômica | |
| Pecuária adaptada à região | Baixo nível de tecnologia |
| | Falta de controle na febre aftosa no Alto Parnaíba |
| Inexistência de latifúndios | Solo frágil |
| | Pouca assistência ao pequeno produtor rural |
| | Agricultura pouco desenvolvida |
| Desenvolvimento e capacitação para a questão artesanal | Baixa produtividade da agricultura |
| | Uso abusivo do capim dourado e dos pontos turísticos regionais |
| Equipamentos comunitários | |
| Estrutura razoável nas áreas de saúde, educação e habitação | |
| Oferta de vagas nas escolas | Desistência e evasão pelas distâncias e necessidade de participar nos trabalhos familiares |
| | Inexistência de parcerias para desenvolvimento de atividades escolares, principalmente as extracurriculares |
| | Pouco envolvimento da comunidade com as atividades desenvolvidas nas escolas |
| | Escassez de recursos humanos em algumas áreas e de recursos financeiros |

Continua

| PONTOS FORTES - OPORTUNIDADES | PONTOS FRACOS - RISCOS |
|--|--|
| Existência de Posto Médico e de Programas Sociais de atendimento à população | Atendimento de saúde insatisfatório |
| | Dificuldade para alcançar cobertura total no atendimento aos moradores |
| | Ocorrência freqüente de diarreias e micoses |
| | Dificuldades para o acompanhamento pré-natal |
| | Identificação de casos de hanseníase e tuberculose |
| | Falta de equipe completa de saúde |
| Infra-estrutura básica e serviços urbanos | |
| Atendimento à população com abastecimento água | Falta de sistema de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial |
| | Falta de tratamento da água |
| | Falta de coleta de lixo e de aterro sanitário |
| | Falta de iluminação pública entre as duas partes da cidade |
| | Cortes de energia (rede elétrica localizada em região extensa) |
| Meio ambiente | |
| Preservação dos recursos naturais | Queimadas |
| Grande potencial hídrico e boa qualidade da água | Poluição por esgoto e lixo e degradação das margens e nascentes |
| Quantidade de água e de peixes | Pesca predatória feita com redes |
| População | |
| População jovem | Poucas oportunidades de capacitação profissional e de trabalho |
| | Poucas oportunidades de geração de renda |
| | Pouca capacitação profissional |
| Potencialidade turística | |
| Ser um "portão" de entrada para o Jalapão | Concentração turística em Mateiros pode levar à exclusão de São Félix do desenvolvimento turístico |
| Beleza e singularidade da região do Jalapão | Inexistência de planejamento regional para o turismo |
| | Proibição do turismo na área do Parque Estadual do Jalapão |
| | Turismo inadequado |
| Quantidade dos atrativos naturais no Município | Dificuldade de acesso aos atrativos |
| | Má qualidade das estradas |
| | Falta de transporte intermunicipal mais freqüente |
| | Interferência política de outros municípios em relação ao turismo local |
| Fortalecimento do turismo e do ecoturismo | Falta de infra-estrutura para atendimento ao turista |
| Reconhecimento nacional e internacional | |
| Processo Participativo | |
| Interesse político no desenvolvimento do Município | |
| Facilidade de acesso às lideranças políticas | Eleitores não residentes e desinteressados |
| | Pouca participação da sociedade no processo de desenvolvimento municipal |
| Apoio administrativo do setor público | Falta de apoio governamental e de políticas de desenvolvimento |
| Programas sociais federais e estaduais implantados | Falta de apoio político |
| | Aumento da inflação |

1ª Oficina de Planejamento Participativo- abril 2003

É nítido o entendimento das autoridades e da população local quanto às tendências do desenvolvimento municipal e do desenvolvimento urbano, como uma manifestação da “cidade desejada no município que se quer”. Os quadros 2 e 3, a seguir, apresentam, respectivamente, as tendências para o desenvolvimento municipal e para o desenvolvimento urbano, apontadas pelos diferentes atores locais durante a 1ª Oficina de Planejamento Participativo para a elaboração do Plano Diretor:

Quadro 2 - Tendências de desenvolvimento municipal

| TENDÊNCIAS |
|--|
| 01. Exploração dos recursos naturais, por meio da: |
| • Industrialização da água |
| • Irrigação de lavouras |
| • Criação de casa de farinha |
| 02. Turismo sustentável de aventura, pesca e ecoturismo |
| 03. Desenvolvimento do artesanato |
| <small>1ª Oficina de Planejamento Participativo – abril 2003</small> |

Quadro 3 - Tendências de desenvolvimento urbano

| TENDÊNCIAS |
|---|
| 01. Ligação das duas partes da cidade |
| 02. Núcleo original e cidade nova crescem até ocupar os loteamentos por inteiro |
| 03. Comércio, escolas, equipamentos comunitários e iluminação na ligação das duas partes |
| 04. Estação Rodoviária na cidade nova |
| 05. Aeroporto no núcleo original |
| 06. Implantação de Ginásio de Esportes |
| <small>1ª Oficina de Planejamento – abril 2003</small> |

Para que este desenvolvimento se dê de forma sustentável, é entendimento comum de que algumas condições são necessárias. São elas apresentadas no quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Condições necessárias para o desenvolvimento municipal

| CONDIÇÕES NECESSÁRIAS |
|--|
| 01. Bons acessos ao Município |
| 02. Asfalto de Palmas a Novo Acordo |
| 03. Linha de transporte alternativo de Novo Acordo a São Félix do Tocantins |
| 04. Pontes nas estradas rurais |
| 05. Melhoria na rede de transmissão de energia elétrica de Ponte Alta do Tocantins a São Félix do Tocantins |
| 06. Implantação de agências bancárias |
| 07. Acesso a linhas de crédito para a agricultura, pecuária e comércio |
| 08. Atração de investidores de outras regiões para o Jalapão |
| 09. Construção de hospital regional na região do Jalapão |

1ª Oficina de Planejamento - abril 2003

II. SITUAÇÃO DESEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

7. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado município ou cidade e da trajetória a ser percorrida a partir da situação atual verificada.

Tal futuro deverá ser:

- *desejável* pelos diferentes atores envolvidos; e
- *plausível*, em função das potencialidades e restrições verificadas, bem como dos recursos disponíveis para valorizar as primeiras e neutralizar as segundas.

A finalidade da construção de cenários é explorar os pontos de mudança ou de manutenção de rumos para uma determinada evolução de situações. O cenário não significa uma realidade futura e, sim, um meio de orientar a ação presente à luz de futuros possíveis e desejáveis. Um cenário bem construído explicita como uma situação que pode vir a ocorrer e identifica alternativas, a fim de se prevenir, evitar, minimizar, reorientar ou facilitar o processo em curso no futuro.

Os cenários devem ter a capacidade de construir visões globais que contemplem os aspectos político-institucionais, econômicos, sociais, tecnológicos, culturais e físico-ambientais.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (que varia de 0 a 1, tanto melhor quanto mais próximo deste último), em 2000, para São Félix do Tocantins foi calculado em 0,611, o que o apresentava no 121º lugar entre os municípios do Tocantins e no 4.462º lugar no *ranking* nacional. Eram os seguintes os indicadores registrados para São Félix do Tocantins:

| | |
|------------------------------------|-------------|
| • Esperança de vida ao nascer | 57,955 anos |
| • Taxa de alfabetização de adultos | 0,801 |
| • Taxa bruta de frequência escolar | 0,779 |
| • Renda per capita | 73,669 R\$ |
| • Índice de longevidade (IDHM-L) | 0,549 |
| • Índice de educação (IDHM-E) | 0,794 |
| • Índice de renda (IDHM-R) | 0,490 |

Esses indicadores deverão ser monitorados durante a implementação do Plano Diretor para se verificar se os resultados esperados estão sendo alcançados; caso isto não ocorra da forma como se previu, deverá ser feita uma avaliação das razões das distorções a fim de se promoverem os ajustes necessários durante o processo de desenvolvimento.

As informações relativas à situação atual do Município, o levantamento das alternativas de desenvolvimento, os questionários respondidos por representantes da sociedade local, as discussões sobre as oportunidades e riscos oferecidos pelos fatores externos, bem como a manifestação dos anseios dos representantes da população de São Félix do Tocantins, reunidos na 1ª Oficina de Planejamento, realizada em abril de 2003, permitiram a construção de três cenários futuros alternativos, ou seja, visões das possibilidades existentes para o Município, a serem discutidas para se escolher aquela pela qual as vantagens reconhecidas possam ser garantidas e os aspectos negativos atualmente verificados possam ser minimizados. São eles:

7.1. Cenário Tendencial

Neste cenário, o Município continua sob a influência das atuais condicionantes dos fatores externos regionais, nacionais e até internacionais. A população continua dependente da Administração Pública para a solução de quase todos os seus problemas; o Poder Público Municipal permanece com pouca capacidade de planejamento e gestão e persistem as reduzidas possibilidades de intervenção da sociedade organizada. Prevalecem as tendências atualmente observadas no Município, quais sejam:

1. poucas alternativas de atividade econômica rentável;
2. baixa capacidade de investimentos do setor público;
3. oportunidades de trabalho reduzidas;
4. degradação ambiental, tanto pela continuidade das práticas inadequadas de desmatamento e queimadas não controladas, como pelo turismo desorganizado;
5. sede do Município dividida em duas partes completamente separadas do ponto de vista urbanístico;

6. pequenos investimentos na infra-estrutura básica de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos, pavimentação etc.;
7. dificuldades para a regularização fundiária das terras urbanas;
8. manutenção da atual insuficiência da Administração Municipal na capacidade de planejamento e gestão;
9. pouca integração entre os diferentes setores da administração e não interação entre o Poder Público e a sociedade organizada;
10. pouca participação popular no processo de planejamento e gestão;
11. índices de desenvolvimento humano mantidos ou piorados, em função das reduzidas alternativas de desenvolvimento sustentável para o Município.

A seguir, são apresentadas as dimensões do Cenário Tendencial e seus respectivos atributos:

Quadro 5 - Cenário Tendencial – Dimensões e Atributos

| DIMENSÃO | ATRIBUTO |
|---------------------|---|
| 1. ECONÔMICA | 1.1. Pouco dinamismo econômico |
| | 1.2. Investimentos financeiros reduzidos |
| | 1.3. Pouca assistência técnica aos pequenos proprietários |
| | 1.4. Baixa produtividade na agricultura e pecuária |
| | 1.5. Comércio pouco dinâmico |
| | 1.6. Oportunidades de trabalho insuficientes |
| | 1.7. Capacitação profissional insatisfatória |
| | 1.8. Turismo crescente e desorganizado |
| | 1.9. Insuficiência de estabelecimentos turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centro de atendimento a visitantes etc.) |
| | 1.10. Atendimento inadequado ao turista |
| | 1.11. Valorização dos produtos artesanais |
| | 1.12. Colheita inadequada do capim dourado |
| | 1.13. Perda da qualidade do artesanato do capim dourado |
| | 1.14. Baixos níveis de renda per capita |
| 2. FÍSICO-AMBIENTAL | 2.1. Desmatamento de nascentes e margens de rios, córregos e lagoas |
| | 2.2. Queimadas não controladas |
| | 2.3. Áreas de preservação permanente degradadas |
| | 2.4. Lotes urbanos com situação fundiária irregular |
| | 2.5. Atrativos turísticos degradados |
| | 2.6. Espaço urbano dividido em duas partes separadas |
| | 2.7. Pouca ampliação da pavimentação nas vias urbanas |
| | 2.8. Vias urbanas sem nomenclatura, sinalização e calçadas |
| | 2.9. Iluminação pública deficiente |
| | 2.10. Arborização insuficiente |
| | 2.11. Poucas melhorias no abastecimento de água |
| | 2.12. Dificuldade de implantação da rede de esgotamento sanitário |

Continua

| | |
|---------------------|--|
| 2. FÍSICO-AMBIENTAL | 2.13. Baixa qualidade das habitações |
| | 2.14. Coleta e disposição final de lixo sem solução adequada |
| | 2.15. Estradas precárias, com má conservação |
| | 2.16. Sinalização rodoviária insuficiente e incorreta |
| | 2.17. Poucos equipamentos de esporte e lazer |
| | 2.18. Precariedade de transporte intermunicipal |
| | 2.19. Pista de pouso em condições inadequadas |
| 3. SOCIAL | 3.1. Manutenção das taxas de crescimento demográfico |
| | 3.2. Atendimento de saúde ainda insatisfatório |
| | 3.3. Qualidade do ensino ainda insuficiente |
| | 3.4. Poucas alternativas de esporte e lazer |
| | 3.5. Desinteresse pela preservação das tradições culturais locais |
| | 3.6. Permanência da dependência da população em relação à Administração Municipal para a solução de seus problemas |
| | 3.7. Índice de Desenvolvimento Humano em níveis inadequados |
| | 3.8. Chances reduzidas de melhoria da qualidade de vida |
| 4. INSTITUCIONAL | 4.1. Capacidade de planejamento e gestão insuficientes |
| | 4.2. Integração fraca entre as diversas áreas da administração |
| | 4.3. Poucas chances de articulação com outras esferas de governo |
| | 4.4. Parcerias com o setor privado não estabelecidas |
| | 4.5. Pouca participação popular no processo de desenvolvimento |

7.2. Aspectos urbanísticos do Cenário Tendencial

A Figura 20, a seguir, ilustra os aspectos urbanísticos relativos ao Cenário Tendencial.

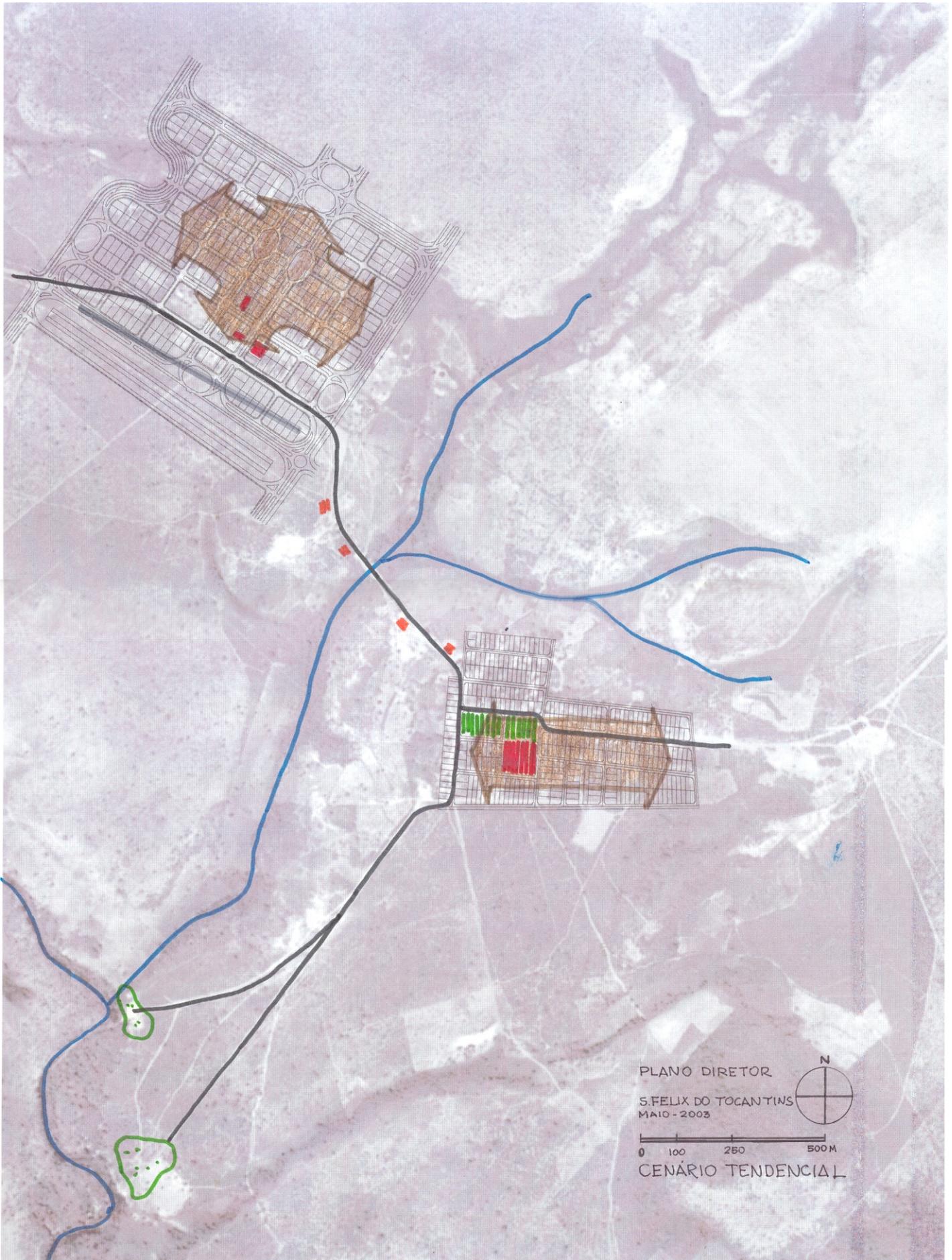


Fig. 20 - Cenário Tendencial

7.3. Cenário de Regressão

Este cenário considera a possibilidade de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo assumirem o papel de “portais” de entrada do Jalapão, ao mesmo tempo em que Mateiros se firma como o principal núcleo turístico da região. Outra hipótese deste cenário é o Plano de Manejo proibir o turismo no Parque Estadual do Jalapão e no Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba.

Em qualquer dos dois casos, o que se vislumbra é um isolamento de São Félix do Tocantins, com uma forte crise econômica, uma vez que sua atratividade e competitividade turística ficam bastante reduzidas. Por outro lado, a fragilidade do solo não favorece a exploração agrícola ou pecuária em escala economicamente viável, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento municipal.

As populações de algumas comunidades localizadas dentro do Parque Estadual do Jalapão e no Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba terão que ser reassentadas, em decorrência da regularização fundiária e dos Planos de Manejo dessas Unidades de Conservação. Parte desses moradores, atualmente residentes junto à divisa com São Félix do Tocantins, no caso do primeiro, e no próprio Município, no caso do segundo, tendo dificuldade de se manterem nos novos assentamentos, poderá vir para a sede do Município, gerando um início de periferização ou favelização.

Podem ser previstos:

1. investimentos por parte dos governos federal e estadual no Município não conseguem reverter a predominância de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo como portais turísticos do Jalapão;
2. restrição de usos nas áreas dos Parques;
3. agricultura e pecuária pouco produtivas continuam insuficientes para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento municipal;
4. redução dos investimentos particulares pela perda da atratividade e competitividade do Município;
5. mudança de parte da população rural atualmente residente no Parque Estadual do Jalapão para a periferia da sede municipal, aumentando o déficit habitacional e o desemprego;
6. diminuição das oportunidades de trabalho e aumento do êxodo dos jovens;

7. dependência crescente da Administração Municipal em relação às transferências constitucionais de recursos;
8. poucas chances de investimentos públicos na melhoria dos serviços de saúde, educação, saneamento, gestão de resíduos sólidos etc.;
9. acessos e meios de transporte intermunicipal continuam insatisfatórios;
10. manutenção da baixa capacidade de planejamento e gestão e de integração intersetorial na Administração Municipal
11. pouca articulação intermunicipal para os assuntos de interesse comum;
12. queda do Índice de Desenvolvimento Humano;
13. fraca participação popular no processo de planejamento e gestão.

O quadro a seguir apresenta os atributos das diferentes dimensões do Cenário de Regressão.

Quadro 6 - Cenário de Regressão - Dimensões e Atributos

| DIMENSÃO | ATRIBUTO |
|---------------------|---|
| 1. ECONÔMICA | 1.1. Redução dos investimentos públicos |
| | 1.2. Afastamento dos investidores privados |
| | 1.3. Fluxos turísticos bastante reduzidos |
| | 1.4. Queda da atratividade e competitividade turística |
| | 1.5. Redução das oportunidades de trabalho |
| | 1.6. Baixos índices de produtividade agrícola permanecem |
| | 1.7. Pecuária mantém-se pouco desenvolvida |
| | 1.8. Redução das possibilidades de desenvolvimento do artesanato |
| | 1.8. Queda na renda per capita |
| 2. FÍSICO-AMBIENTAL | 2.1. Retirada dos moradores dos Parques Estadual e Nacional |
| | 2.2. Melhoria do controle e fiscalização ambiental |
| | 2.3. Maior proteção ambiental |
| | 2.4. Manejo inadequado reduz a produção do capim dourado |
| | 2.5 Espaço urbano pouco valorizado |
| | 2.6. Separação entre as duas partes da cidade permanece |
| | 2.7. Possibilidades de melhorias na cidade se reduzem |
| | 2.8. Início de processo de periferização ou favelização |
| | 2.9. Estradas mal conservadas e sem sinalização |
| | 2.10. Deficiência dos meios de transporte intermunicipais |
| 3. SOCIAL | 3.1. Queda no ritmo de crescimento demográfico |
| | 3.2. Maiores dificuldades no atendimento médico |
| | 3.3. Qualidade da educação tendente a piorar |
| | 3.4. Nenhuma ou quase nenhuma alternativa de lazer |
| | 3.5. Condições de saneamento ambiental em declínio |
| | 3.6. Manutenção das características de comunidade rural |
| | 3.7. Manutenção ou queda no Índice de Desenvolvimento Humano |
| | 3.8. Aumento da população urbana por retirada das comunidades dos Parques |

Continua

| | |
|------------------|--|
| 4. INSTITUCIONAL | 4.1. Dependência crescente das transferências constitucionais de recursos financeiros |
| | 4.2. Administração Municipal desaparelhada para o planejamento e gestão do processo de desenvolvimento |
| | 4.3. Desarticulação com as outras esferas de governo |
| | 4.4. Administração com características assistencialistas |
| | 4.5. Maior dependência da população em relação à Administração Pública |
| | 4.6. Pouca participação popular no processo de desenvolvimento |

7.4. Aspectos urbanísticos do Cenário de Regressão

A Figura 21, a seguir, ilustra os aspectos urbanísticos relativos ao Cenário de Regressão.

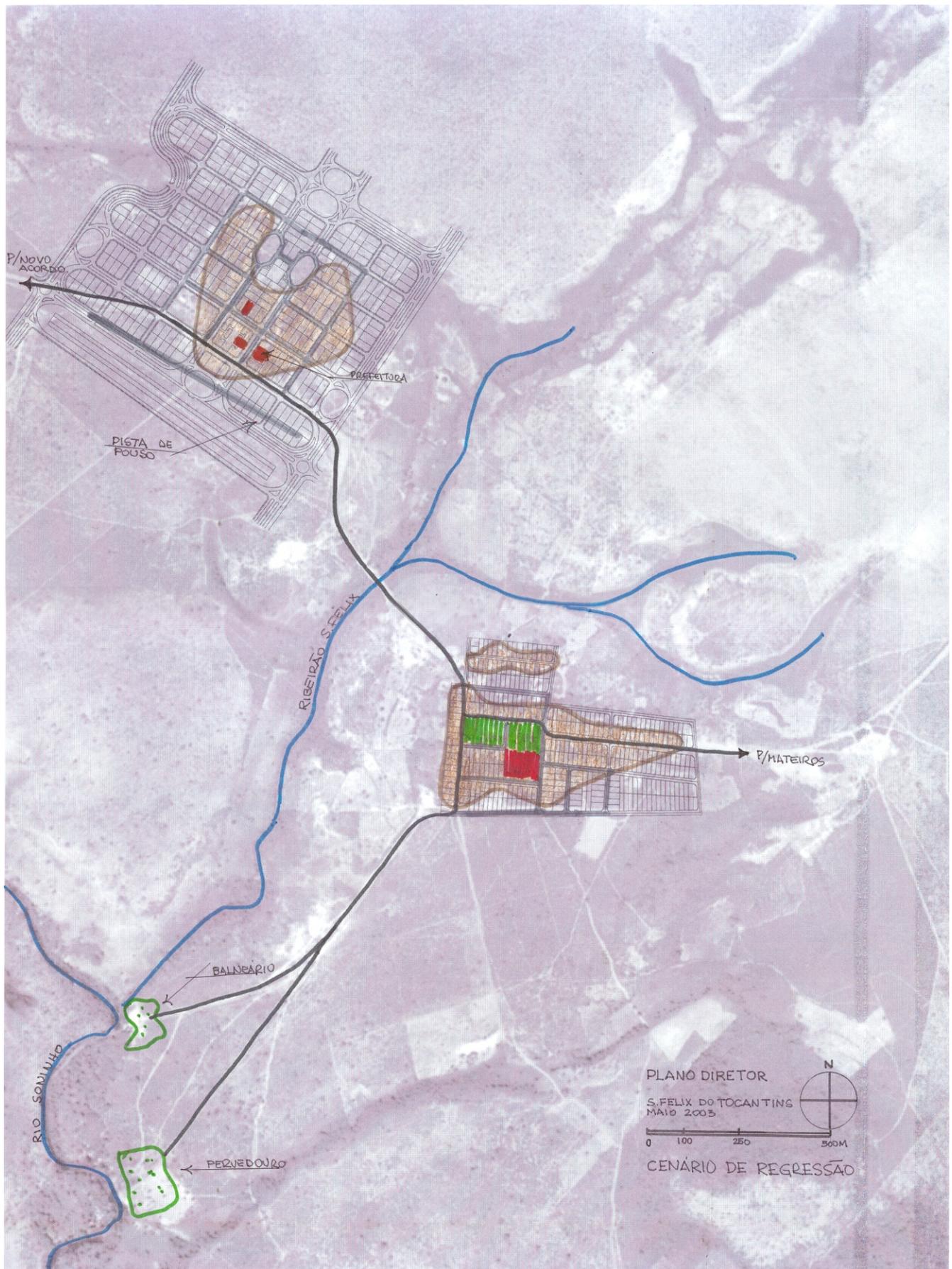


Fig. 21 - Cenário de Regressão

7.5. Cenário de Sustentabilidade

Este cenário admite a redefinição dos limites do Parque Estadual do Jalapão e a manutenção de parte das populações nele inseridas em suas terras originais; a implantação definitiva do Parque Nacional Nascentes do Rio Parnaíba; a possibilidade de acesso ao PEJ por meio de balsa e estrada cênica, a partir do Rio Soninho, próximo à sede municipal, para reduzir as distâncias a seus atrativos em cerca de 200 km. A distância da cidade de São Félix do Tocantins à Cachoeira da Velha, por exemplo, passaria a ser de aproximadamente 30 km.

Admite, ainda, a regularização fundiária dos lotes urbanos; a exploração racional dos recursos hídricos; a diversificação e introdução de novas práticas agrícolas e pecuárias; e um turismo organizado e controlado regionalmente.

Neste cenário, são previstos:

1. investimentos públicos federais e estaduais, resultantes da implementação efetiva do Corredor Ecoturístico do Jalapão, tanto na região quanto no Município
2. exploração racional das águas por meio de engarrafamento para consumo e de sua utilização para irrigação de lavouras;
3. diversificação das práticas agrícolas, com a exploração racional das espécies nativas de frutos e ervas medicinais;
4. verticalização da produção agrícola, com ênfase nas pequenas propriedades e formas associativas de produção e comercialização;
5. proteção dos recursos naturais, com a efetiva implantação do planejamento e gestão dos Parques Estadual e Nacional;
6. reassentamento de algumas comunidades atualmente residentes nos Parques feito de forma negociada e sustentável;
7. turismo desenvolvido com respeito à capacidade de suporte dos diversos atrativos e gerido de forma compartilhada com os demais municípios do Corredor Ecoturístico do Jalapão,
8. aumento da atratividade econômica da região e do Município;
9. atração de investimentos privados, com a geração de trabalho e renda;

10. desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a exploração racional dos recursos da região, em equilíbrio com a proteção ambiental;
11. crescimento da imigração;
12. aumento dos riscos de insegurança urbana;
13. espaço urbano valorizado e integrado harmonicamente;
14. instalação de capacidade de planejamento e gestão nos vários setores da Administração Municipal;
15. estabelecimento de práticas de articulação intersetorial na Administração Municipal;
16. criação de habilidades de negociação e desenvolvimento de ações integradas com os municípios vizinhos;
17. participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento;
18. melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano pela maior disponibilidade de recursos para investimentos em educação, saúde, saneamento, pavimentação, gestão ambiental etc..

O quadro 7 relaciona as dimensões e atributos do Cenário de Sustentabilidade.

Quadro 7 – Cenário de Sustentabilidade – Dimensões e Atributos

| DIMENSÃO | ATRIBUTO |
|---------------------|---|
| 1. ECONÔMICA | 1.1. Base econômica tende a se diversificar |
| | 1.2. Melhoria da assistência técnica às pequenas propriedades |
| | 1.3. Acesso a linhas de crédito para pequenos empreendimentos |
| | 1.4. Modernização das práticas agrícolas |
| | 1.5. Melhoria na produtividade da pecuária |
| | 1.6. Exploração racional das ervas medicinais |
| | 1.7. Implantação de engarrafamento da água |
| | 1.8. Utilização da água para irrigação de lavouras |
| | 1.9. Industrialização da mandioca, com criação de <i>casas de farinha</i> |
| | 1.10. Organização e gestão compartilhada do turismo na região |
| | 1.11. Ampliação e diversificação do comércio |
| | 1.12. Serviços de atendimento ao turista com boa qualidade |
| | 1.13. Exploração sustentável do artesanato |
| | 1.14. Aumento das oportunidades de trabalho |
| | 1.15. Melhoria dos níveis da renda per capita |
| | 1.16. Ampliação dos estabelecimentos de serviços turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centros de atendimento etc.) |
| 2. FÍSICO-AMBIENTAL | 2.1. Efetiva implantação das Unidades de Conservação da região |
| | 2.2. Uso racional e sustentável dos atrativos turísticos |
| | 2.3. Regularização fundiária dos lotes urbanos |
| | 2.4. Espaços das duas partes da cidade integrados e valorizados |

Continua

| | |
|--|---|
| 2. FÍSICO-AMBIENTAL | 2.6. Implantação de rede de drenagem pluvial na cidade |
| | 2.7. Proteção ambiental das margens do Ribeirão São Félix |
| | 2.8. Pavimentação estendida a toda a cidade |
| | 2.9. Vias urbanas sinalizadas, arborizadas e com calçadas |
| | 2.10. Iluminação pública em toda a cidade |
| | 2.11. Criação de novas praças e jardins |
| | 2.12. Melhoria da qualidade habitacional |
| | 2.13. Melhoria no sistema de abastecimento de água |
| | 2.14. Implantação de sistema de coleta tratamento do esgoto |
| | 2.15. Regularização da coleta de lixo |
| | 2.16. Implantação de aterro sanitário |
| | 2.17. Melhoria das condições de acesso rodoviário |
| | 2.18. Criação de terminal rodoviário |
| | 2.19. Melhoria do transporte intermunicipal |
| 2.20. Implantação de pista de pouso em condições adequadas | |
| 2.21. Implantação do sistema de telefonia móvel | |
| 2.22. Implantação de serviços da ECT | |
| 2.23. Criação de brigadas de incêndio | |
| 3. SOCIAL | 3.1. Elevação dos níveis de escolaridade |
| | 3.2. Melhoria na qualidade dos diversos níveis do ensino |
| | 3.3. Ampliação e melhoria do atendimento de saúde |
| | 3.4. Melhoria da infra-estrutura de segurança |
| | 3.5. Recuperação e valorização das tradições culturais locais |
| | 3.6. Valorização do artesanato regional |
| | 3.7. Criação de novas oportunidades de práticas esportivas |
| | 3.8. Índice de Desenvolvimento Humano em níveis adequados |
| | 3.9. Criação de escolas profissionalizantes |
| | 3.10. Criação de novos espaços de esporte e lazer |
| 4. INSTITUCIONAL | 4.1. Implementação do sistema de planejamento e gestão |
| | 4.2. Implementação do sistema de informações municipais |
| | 4.3. Qualificação das equipes para o exercício das diferentes funções requeridas pela Administração Municipal |
| | 4.4. Melhoria dos mecanismos de arrecadação municipal |
| | 4.5. Implantação da prática de articulação intermunicipal para a gestão compartilhada do turismo |
| | 4.6. Criação de parcerias intermunicipais para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc. |
| | 4.7. Participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e gestão |

7.6. Aspectos urbanísticos do Cenário de Sustentabilidade

A Figura 21, a seguir, ilustra os aspectos urbanísticos relativos ao Cenário de Sustentabilidade.

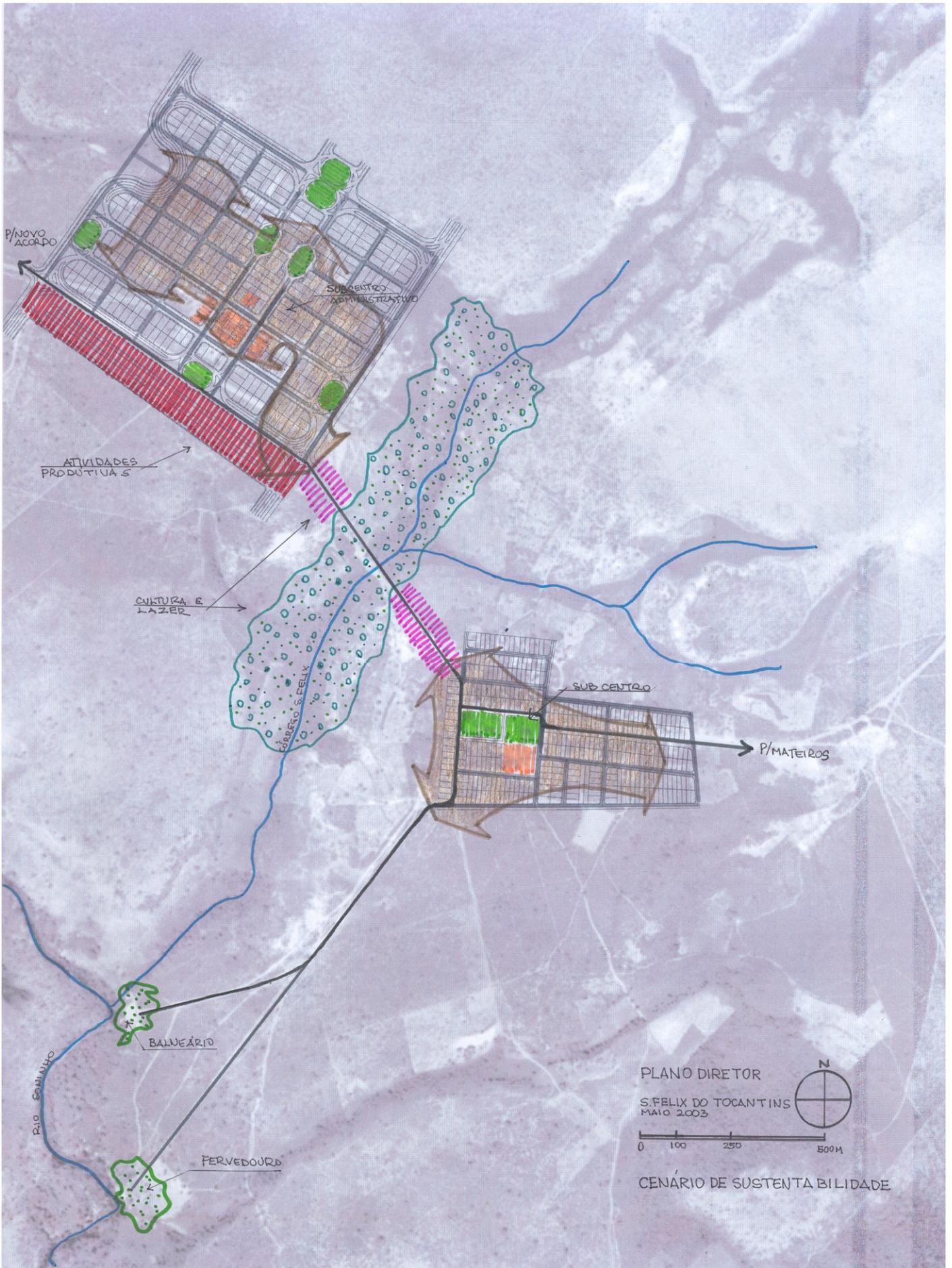


Fig. 22 - Cenário de Sustentabilidade

8. O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO

8.1. O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana

De acordo com o artigo 182 da Constituição Federal, o Plano Diretor é **o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana**. Cabe a ele cumprir a premissa constitucional da garantia da **função social da cidade** e da **propriedade urbana**. O Poder Público Municipal é o responsável pela promoção dessa política, cuja principal finalidade deve ser a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das cidades brasileiras.

A Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, ao regulamentar esse preceito constitucional, estabelece diversas diretrizes para a implementação de tal política. Dentre elas, cabe destacar:

- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- planejamento do desenvolvimento da cidade, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
 - a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
 - b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
 - c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
 - f) a deterioração das áreas urbanizadas;
 - g) a poluição e degradação ambiental;

- integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua influência;
- justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização
- a regularização fundiária e a urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- a incorporação voluntária da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e da ampliação e transformação dos espaços públicos da Cidade;
- proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana.

A política de desenvolvimento e expansão urbana do município de São Félix do Tocantins deve concretizar-se e ser implementada como o projeto da cidade desejada por seus cidadãos e viável em função das potencialidades e recursos disponíveis. Para tanto, o Plano Diretor deve explicitar de forma clara o **Objetivo Central** para o Município, a ser alcançado por meio da implementação de **Estratégias e Ações**, especificados nos itens que se seguem.

8.2. O Objetivo Central para o Município

São Félix do Tocantins desenvolvido, pela utilização sustentável de suas riquezas e do potencial para o turismo e pela valorização de suas tradições e artesanato.

8.3. As Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal

As Estratégias são o caminho a se percorrer para o Município passar da realidade atual à situação desejada, expressa pelo objetivo central. Sua implementação se dá por meio de ações, a serem detalhadas em programas e projetos setoriais e específicos, no desdobramento do processo de planejamento e gestão instaurado a partir do Plano Diretor.

As Estratégias de Desenvolvimento definidas para São Félix do Tocantins são seis, a saber:

E 1. Gestão físico-territorial e ambiental eficiente e integrada

Deve garantir o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais como geradores de desenvolvimento socioeconômico, de modo racional e sustentável, e a manutenção da qualidade do meio ambiente natural e construído.

E 2. Valorização do espaço urbano

Deve possibilitar a ligação entre as duas partes da cidade de forma harmônica para garantir melhoria funcional e estética do espaço urbano.

E 3. Desenvolvimento sustentável do turismo de aventura, pesca esportiva e ecoturismo

Deve possibilitar o aproveitamento do grande potencial turístico do município e da região, caracterizado pela diversidade e singularidade dos recursos naturais, de forma racional e propulsora do processo de desenvolvimento municipal.

E 4. Estímulo à implantação de novas atividades econômicas

Deve ampliar as possibilidades de exploração de novas alternativas econômicas, com o aproveitamento racional dos recursos naturais e a valorização das potencialidades das propriedades rurais, com ênfase para as pequenas e médias, obtendo melhor aproveitamento da exploração e processamento das espécies nativas de frutos, plantas e ervas medicinais e da criação de pequenos animais, inclusive por meio de formas associativas de produção e comercialização.

E 5. Desenvolvimento social e cultural de qualidade

Deve criar as condições para que a população possa ter garantidos os direitos à habitação digna, à educação, saúde, cultura, esporte e lazer, trabalho e renda e à segurança pessoal e patrimonial

E 6. Fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão

Deve criar as condições necessárias à Administração Municipal para a implementação do processo de planejamento e gestão iniciado com o Plano Diretor, de forma participativa, por meio da qual a iniciativa privada e a população possam compartilhar das decisões quanto ao desenvolvimento municipal.

8.4. O Macrozoneamento

O macrozoneamento é a divisão territorial do Município em áreas integradas, para favorecer o planejamento adequado com a implementação das estratégias definidas no Plano Diretor.

As zonas estabelecidas para o Município de São Félix do Tocantins são:

Zona Urbana – ZU

Composta pelos terrenos loteados e os ainda não loteados, destinados ao crescimento dos assentamentos parcelados com fins urbanos da sede municipal e do povoado do Prata.

A Zona Urbana divide-se em:

- Zona Urbana I – referente à sede municipal de São Félix do Tocantins.
- Zona Urbana II – referente ao Povoado do Prata.

Zona de Proteção Ambiental – ZA

Compreende as terras do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, com o objetivo de:

- preservar a biodiversidade local e regional, de modo a garantir a evolução natural dos processos ecológicos;
- proteger e garantir a existência de populações de fauna e flora viáveis através de trocas gênicas;
- proteger os cursos de água e os ecossistemas associados a eles.

O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba terá seu plano de manejo elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

Zona Rural – ZR

Constituída dos terrenos restantes do Município, não destinados a fins urbanos ou à proteção ambiental, compreendendo as áreas onde os ecossistemas originais foram praticamente alterados em sua diversidade e organização funcional por atividades agrícolas e extrativas, havendo, ainda, presença de assentamentos rurais dispersos.

A planta apresentada na Fig. 23 registra as zonas definidas para o Município.

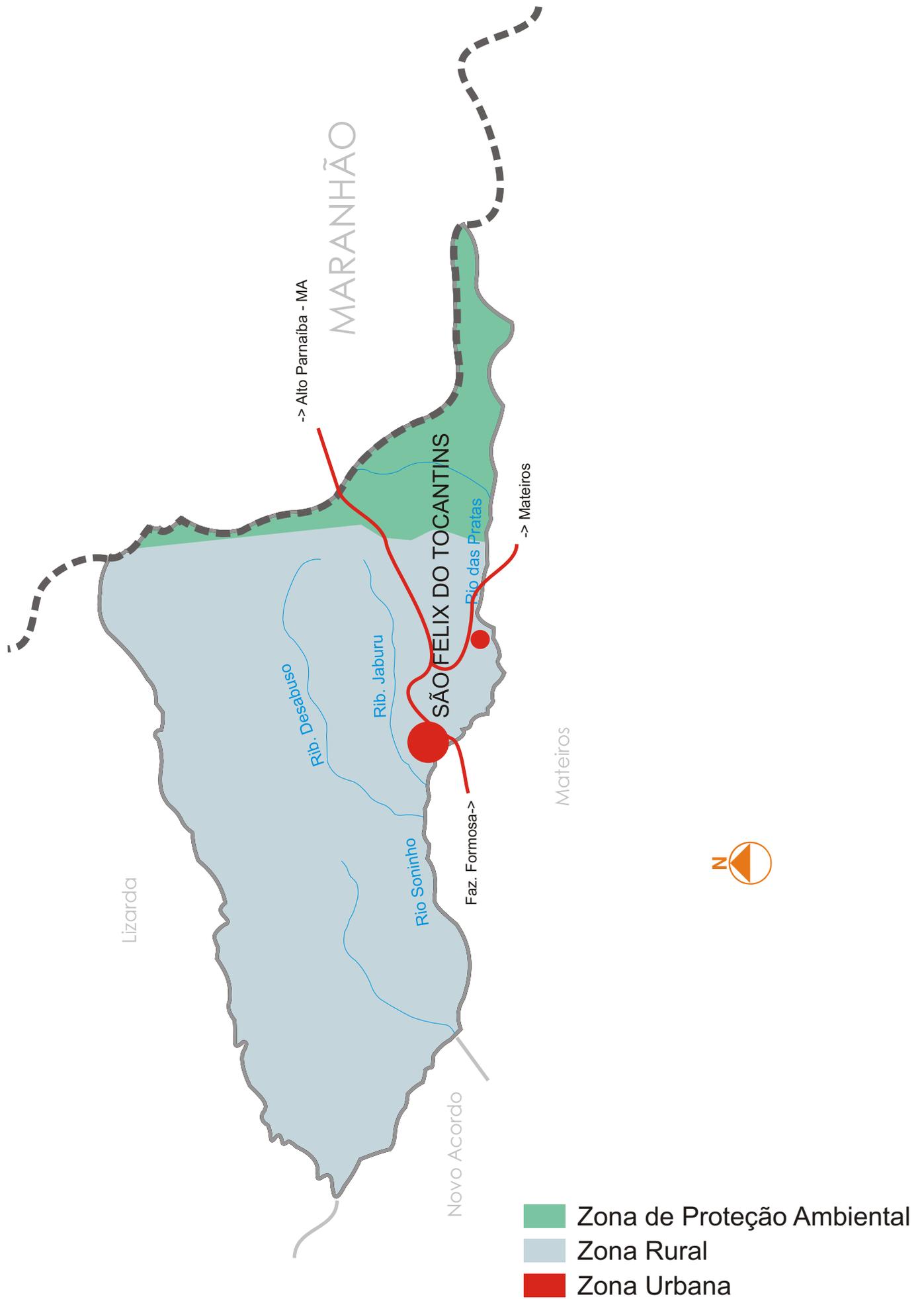


Fig. 23 - Macrozoneamento

8.5. Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada

A cidade almejada pelos atores participantes da formulação do Plano Diretor, manifesta durante as oficinas de planejamento participativo, pode ser descrita por uma série de representações do Município e da cidade, em cuja direção Prefeitura e população devem caminhar.

A. São Félix, uma cidade verde/ dourada

A cidade de São Félix do Tocantins deve inserir-se na paisagem verde do Jalapão, sem perder as características urbanas, com extrema delicadeza e sensibilidade. Deve ser uma cidade com intensa arborização dos espaços públicos dos trechos junto à via que a estrutura, nisto incluindo o eucalipto tombado pelo Município, no núcleo original, e com incentivo à arborização dos quintais nas áreas residenciais mais afastadas.

Deve ser dourada, como referência ao artesanato com capim dourado, que veste a cidade em tons de amarelo dos objetos confeccionados na região.

B. São Félix, cidade do turismo ecológico no coração do Brasil

Propõe-se, portanto, uma cidade que veja seu futuro calcado na diversificação agropecuária e no turismo no Jalapão. Ponto de apoio urbano, deve preparar adequadamente seus espaços para receber os turistas.

Conseqüentemente, o Município e a cidade desejados devem expressar um equilíbrio entre os anseios de preservar valores vinculados ao meio ambiente natural, fundamentais para garantir boa qualidade da relação ambiental, e valores referidos ao meio ambiente construído, essenciais na promoção da identidade cultural e do desenvolvimento social.

Trata-se, portanto, de garantir boa qualidade do ar, água abundante e despoluída, clima ameno e conservação da biodiversidade, em harmonia com a continuidade das tradições culturais, a satisfação de necessidades cotidianas e das práticas sociais.

C. São Félix, fruto da idealização coletiva e do progresso solidário

Assim, São Félix do Tocantins deve tornar-se uma cidade solidária, com espaços urbanos ordenados, atrativos e limpos, ruas largas e arborizadas, parques e jardins. Pode-se visualizá-la competitiva e eficiente: uma cidade de oportunidades, com novos padrões de referência em serviços de educação, saúde e cultura, e também lugar do equilíbrio social, do respeito à coisa pública e ao meio ambiente, consolidando um papel integrador, a partir de sua posição de pólo econômico e logístico da região. Uma cidade com um sistema educacional exemplar, com creches, escolas públicas e profissionalizantes, para a formação de seus cidadãos. Cidade que valorize a educação ambiental, patrimonial e cultural, as manifestações culturais autóctones, desenvolvendo a correspondente consciência cultural. Com infra-estrutura plena e equipamentos necessários a um cotidiano aprazível: postos de saúde, comércio diversificado, áreas de lazer e entretenimento, entrepostos de produtos agrícolas etc.. Uma cidade refinada, capaz de oferecer aos seus moradores e visitantes serviços para o usufruto de sua paisagem exuberante, seus balneários e fervedouros, de sua fauna e flora de beleza peculiar, incentivando as atividades turísticas e de lazer.

D. São Félix, do cênico e das veredas sem fim

A cidade de São Félix deve estruturar-se, portanto, a partir de um espaço urbano atrativo, bem organizado, com um sistema viário eficiente e suficientemente hierarquizado para oferecer condições adequadas de circulação e transporte, com prioridade para os pedestres e ciclistas, com usos e formas de ocupação que se complementem e enriqueçam mutuamente. Cidade de espaços públicos integrados, garantindo continuidade das vias e calçadas. Cidade em que as áreas livres públicas devem ser agradáveis e protegidas do sol e dos ventos, com boa orientação espacial e facilidade de identificação dos lugares pela população que os usufrui; onde a interação social possa ocorrer de forma espontânea, ao mesmo tempo em que a privacidade seja respeitada; áreas organizadas com expressividade e simbolismo pertinentes ao interesse coletivo.

Para isso, faz-se necessário estruturar um eixo viário integrador do núcleo original com a cidade nova. Este eixo deve assumir a via hoje existente (rodovia Novo Acordo / São Félix / Mateiros) e construções de até dois andares, com usos mistos (comércio e

serviços no andar térreo, alimentando a rua, e habitação no andar superior). Tais atividades terão características de centralidade. O trecho entre as duas partes de São Félix, hoje sem edificações nem iluminação, deve ser destinado a equipamentos de apoio turístico, na medida em que forem sendo demandados: hotéis e pousadas, terminal rodoviário, bares e restaurantes, serviços de atendimento e orientação turística diversos. Deve receber tratamento paisagístico adequado e farta iluminação pública. Devem fazer parte desta zona central os equipamentos educacionais, de saúde e institucionais necessários a um bom funcionamento de uma cidade deste porte: Prefeitura, escolas, postos de saúde, equipamentos culturais etc.

Como extensão deste eixo, a ele integrado, na faixa que abriga mata ciliar do córrego São Félix, de grande delicadeza ambiental, merecedora de preservação especial, deve situar-se uma área de esportes e lazer, respondendo a demandas reprimidas da população residente, além de funcionar como atrativo turístico,

Propõe-se, assim, uma cidade que pretende integrar-se a partir desse eixo, sem se resumir a ele. Que ofereça alternativas de articulação com um sistema viário no qual se definem vias principais e vias locais, que associam setores da cidade a norte e sul do referido eixo principal e possibilitem o acesso às diferentes áreas da cidade. Deve, para isto, possibilitar a transposição do Ribeirão São Félix com 2 pistas, com a implantação de pontes baixas e planas, tomando-se o cuidado de não se elevar o leito dessas pistas, integrando-as harmonicamente à paisagem.

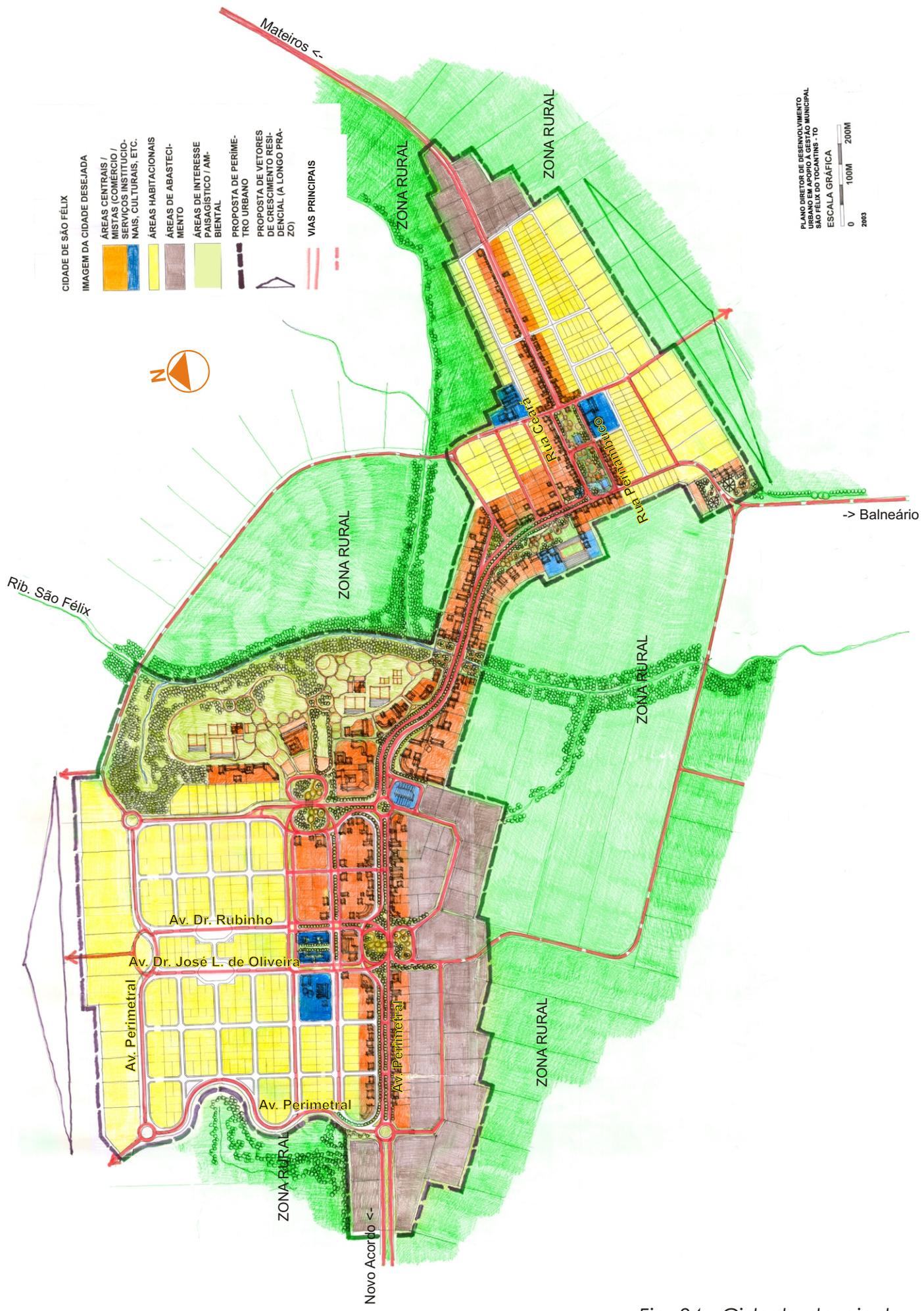
E. São Félix, o Jalapão esperança

Pretende-se, então São Félix do Tocantins como uma cidade que ofereça um sustentáculo espacial saudável para organizar uma sociedade solidária, onde floresçam políticas para os idosos, para a juventude, para os portadores de necessidades especiais e para as crianças. Onde os meios de comunicação sejam verdadeiros canais de educação. Onde exista um acesso ilimitado às informações. Onde a participação popular se manifeste de forma efetiva, para a construção de uma cidade acolhedora, na qual a alegria de viver esteja em cada cidadão.

Por outro lado, deve ser uma cidade que ofereça possibilidades de localização de equipamentos industriais, de abastecimento, estocagem e serviços em áreas com fácil acesso ao eixo principal de escoamento, que não representem maiores incomodidades

para as áreas residenciais. Por esta razão, esses equipamentos devem ser localizados nas áreas extremas da cidade, próximas à saída para Novo Acordo, preservando o eixo central de usos industriais e de seus correspondentes apoios. Um pouco mais afastadas deste eixo e de sua centralidade, propõem-se áreas residenciais de caráter bucólico e uma organização da ocupação que deixe oportunidades de crescimento residencial de baixa densidade (chácaras de recreio) ao norte da cidade nova, e a sudeste do núcleo original. Enfim, São Félix do Tocantins deve configurar-se como uma cidade rodeada por chácaras, de recreio ou produtivas, com suas frentes servindo para compor a transição entre o meio urbano e o meio rural.

A Fig. 24, apresentada a seguir, traz a representação do espaço urbano proposto para a cidade de São Félix do Tocantins.



CIDADE DE SÃO FÉLIX

IMAGEM DA CIDADE DESEJADA

- ÁREAS CENTRAIS / MISTAS (COMÉRCIO / SERVIÇOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ETC.)
- ÁREAS HABITACIONAIS
- ÁREAS DE ABASTECIMENTO
- ÁREAS DE INTERESSE PAISAGÍSTICO / AMBIENTAL
- PROPOSTA DE PERÍMETRO URBANO
- PROPOSTA DE VETORES DE CRESCIMENTO RESIDENCIAL (A LONGO PRAZO)
- VIAS PRINCIPAIS

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM APOIO À GESTÃO MUNICIPAL SÃO FÉLIX DO TOCANTINS - TO
ESCALA GRÁFICA
0 100M 200M
2003

Fig. 24 - Cidade desejada

8.6. O Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana

Complementarmente ao macrozoneamento proposto para o Município, conforme apresentado no item 8.4, são definidas áreas de usos específicos para a zona urbana, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento dos núcleos urbanos existentes no Município. Essas zonas de usos e as correspondentes ocupações serão formalizados na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, através de quatro categorias de uso:

I habitacional, compreendendo as atividades destinadas a residência;

II comercial e de prestação de serviços, destinadas aos serviços profissionais, ao comércio varejista e atacadista, atividades vinculadas à saúde, educação etc.;

III de abastecimento, compreendendo atividades de produção, transformação, estocagem e armazenamento de bens e produtos;

IV conservação ambiental, áreas que por suas características naturais, exigem tratamento específico para sua conservação.

A zona urbana fica dividida nas seguintes zonas de uso e ocupação, nos termos da Cidade Desejada, fig. 25:

I ZC – Zona Central

Área caracterizada por ocupação residencial, unifamiliar e multifamiliar, comércio e serviços, com um uso bastante intenso, incluindo edificações de dois pavimentos, com possibilidade de ocupação do térreo com comércio e serviços, e habitação no andar superior, de forma que possam consolidá-la como área central. Compreende o trecho hoje ocupado, estruturado em torno da via que liga a cidade de São Félix do Tocantins com Novo Acordo e Mateiros. Esta Zona Central incorpora e configura adequadamente as duas partes da cidade: o núcleo original e a cidade nova.

II ZH – Zona Habitacional

Área habitacional onde se pretende incentivar usos residenciais sob a forma de habitação unifamiliar, chácaras de recreio e habitações de interesse social, sendo permitido o uso de comércio varejista e serviços compatíveis com a habitação,

compreendendo as áreas entorno da Zona Central na sede do Município e o povoado do Prata.

Visa consolidar as áreas hoje ocupadas com uso residencial oferecendo áreas complementares para programas de interesse social, vinculados principalmente ao remanejamento das populações em habitações sub-normais.

III ZP – Zona de Interesse Paisagístico

Áreas públicas ou privadas, com atributos naturais importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental da área urbana, onde se pretende desenvolver programas de proteção, de controle da ocupação e manejo, sendo admitidas atividades vinculadas ao lazer e turismo. Compreende a área de preservação permanente do Ribeirão São Felix e o seu entorno, de forma a possibilitar a integração dos dois núcleos que formam a cidade.

IV ZS – Zona de Abastecimento e Serviços

Áreas caracterizadas pelos usos de atividades de produção e transformação da categoria industrial, compatíveis com a habitação, o comércio e serviços, localizada no atual aeroporto, que deverá ser transferido para local mais apropriado e no extremo do loteamento do núcleo original, na saída para Mateiros.

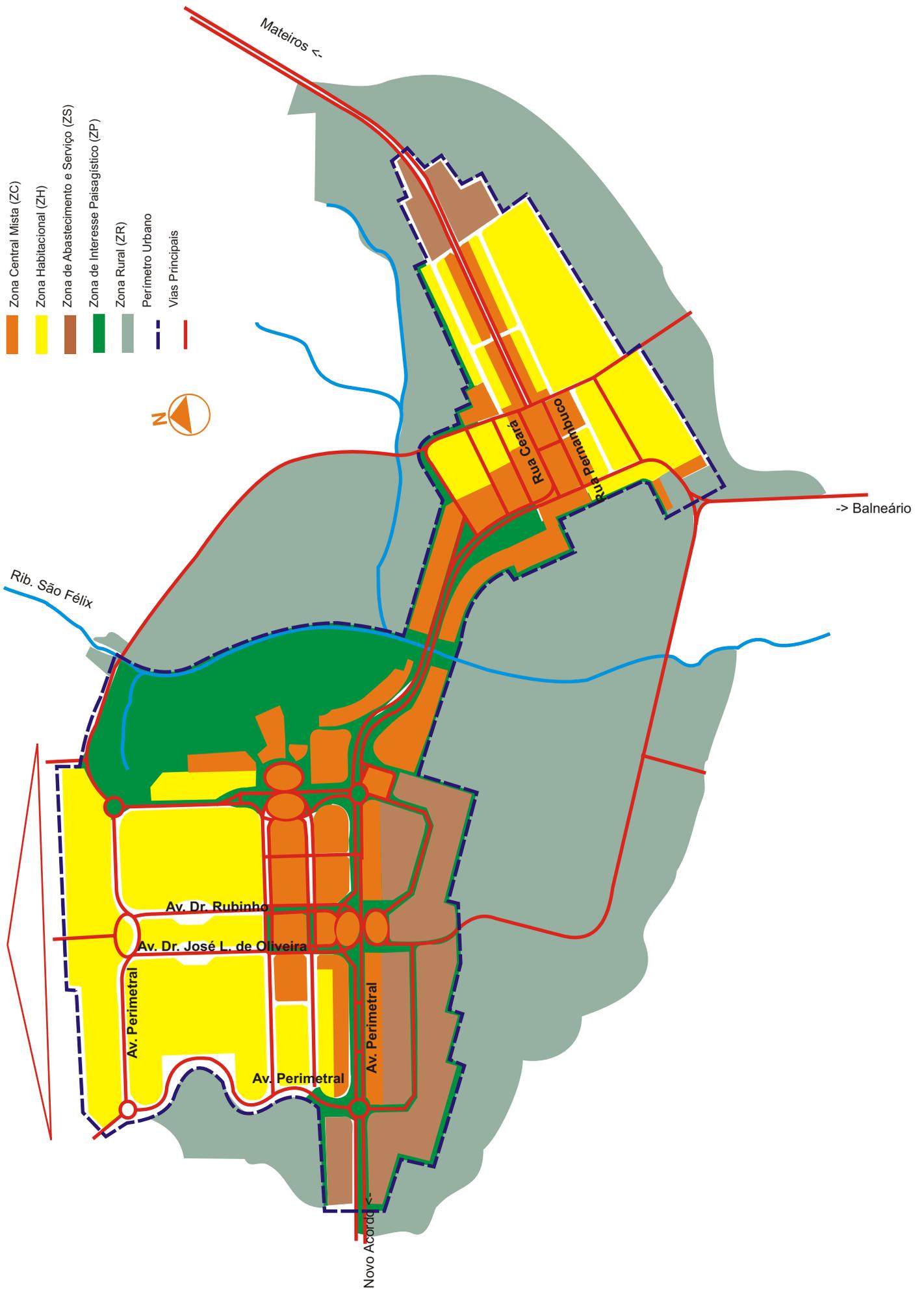


Fig. 25 - Uso e Ocupação do Solo

8.7. Sistema de Planejamento e Gestão

A implementação do Plano Diretor vai exigir o estabelecimento de um **Sistema de Planejamento e Gestão**, conforme as indicações básicas que se seguem.

O Sistema de Planejamento e Gestão é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que possibilita a criação das condições de implementação do processo de desenvolvimento sustentável para o Município. Este Sistema objetiva a:

1. coordenação das ações dos setores públicos e privados e da sociedade em geral;
2. integração das diferentes ações, com seus respectivos projetos e atividades, destinados a implementar as estratégias da política de desenvolvimento e expansão urbana;
3. modernização e dinamização da ação governamental.

O Sistema de Planejamento e Gestão deve ser o responsável pela articulação das ações desenvolvidas pelos diversos setores da administração direta e indireta do Município, assim como pela iniciativa privada, para a implementação do Plano Diretor.

Este Sistema é uma sucessão contínua e permanente de atividades que se repetem periodicamente. Corresponde a uma verificação objetiva da realidade atual, à formulação dos objetivos e estratégias, à definição, execução, acompanhamento e monitoramento das ações, ajuste e correção de rumos.

Para a implantação do Sistema objetivando a implementação do processo de desenvolvimento sustentável, são necessários:

- a. Instrumentos adequados de planejamento e gestão;
- b. Estrutura organizativa;
- c. Sistema de informações estruturado e permanentemente atualizado;
- d. Mecanismos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados;
- e. Participação popular efetiva.

8.7.1. Os instrumentos de planejamento e gestão

Os instrumentos de planejamento e gestão municipal são vários. O primeiro deles é o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, que define, no nível macro, os rumos do desenvolvimento municipal e estabelece estratégias para se promover este desenvolvimento. O Plano Diretor exige desdobramentos e a utilização de outros instrumentos:

1. a legislação urbanística e edilícia e outros instrumentos capazes de fazer cumprir as suas determinações;
2. o detalhamento das estratégias e ações propostas pelo Plano, possibilitado pelo Plano Plurianual, um quadriênio móvel que permite, a cada ano, ajustes e correções das formulações iniciais do Plano Diretor; e por um plano de ações e investimentos anuais traduzido na Lei do Orçamento Anual, a partir do qual podem ser elaborados os projetos de ações específicas;
3. a promoção do desenvolvimento de localidades por meio do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável - DLIS, entendido como o “processo de tornar dinâmicas as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, de modo a favorecer o crescimento econômico e simultaneamente elevar o capital humano (conhecimento, habilidade, e competências das pessoas) o capital social (cooperação e confiança entre as pessoas) e o capital empresarial (atitude proativa e cultural empreendedora), bem como conquistar o uso sustentável do capital natural (condições ambientais e físico territorial herdadas)”;
4. a organização das ações voltadas para o desenvolvimento rural do Município, por meio do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR, elaborado com a participação da comunidade, por meio do Conselho de Desenvolvimento Rural.

8.7.2. Estrutura organizativa

Para se trabalhar estrategicamente, é necessária uma estrutura organizativa, composta de mecanismos institucionais de direção das atividades, coordenação por projetos e avaliação dos resultados, de forma a aglutinar os diversos atores responsáveis

pelo futuro do Município, fomentando a participação direta dos cidadãos nos processos decisórios.

O Sistema deve ser composto pelos órgãos da Administração Municipal e pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de São Félix do Tocantins, a ser constituído por representantes do poder público, do setor privado e da sociedade organizada.

Com esta estrutura, Administração Municipal terá condições de atender aos casos omissos nas leis regulamentadoras do desenvolvimento municipal e conduzir, de forma dinâmica, a aplicação dos dispositivos legais, observando os interesses superiores da qualidade de vida, do desenvolvimento sustentável e do crescimento urbanístico ordenado.

O Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, composto por representantes da sociedade civil organizada e do Poder Público, tem como competência deliberar, no âmbito do Poder Executivo, quanto aos processos de elaboração, atualização, controle, acompanhamento e avaliação do Plano Diretor, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal.

8.7.3. Sistema municipal de informações

Para apoiar o Sistema de Planejamento e Gestão, deverá ser estruturado o Sistema de Informações do Município de São Félix do Tocantins, com o objetivo de fornecer informações para o processo de planejamento municipal em todos os níveis e possibilitar o monitoramento das ações de implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana proposta pelo Plano Diretor.

Este sistema deve conter um conjunto de dados e informações sobre a população do Município, o território municipal e as relações de uma com o outro, com vistas a subsidiar a tomada de decisão nos diferentes níveis da atuação municipal, bem como possibilitar a ação operativa dos organismos envolvidos diretamente com a execução das ações.

8.7.4. Mecanismos de monitoramento e avaliação

Necessários para que o processo tenha sucesso, esses mecanismos são criados a partir da construção e/ou seleção de indicadores, provenientes dos dados e informações do Sistema de Informações Municipais, para possibilitar uma observação objetiva de diferentes

momentos do processo, favorecendo a verificação da ocorrência, ou não, de mudanças na realidade local.

As formas, os indicadores e os tempos desse monitoramento e avaliação devem ser definidos em função dos objetivos específicos de cada ação ou estratégia a que ela corresponde.

Tal monitoramento deve possibilitar a tomada de decisões e correções de rumo para o alcance dos resultados esperados e a avaliação dos impactos decorrentes da implementação das estratégias do Plano Diretor.

É recomendável que se faça essa observação antes e durante o desenvolvimento do processo, para os eventuais ajustes e correções com as ações ainda em curso. Além disso, deve ser feita uma avaliação logo após o término das ações programadas, com vistas a avaliar os resultados e outra algum tempo depois, que permite medir os impactos resultantes das ações implementadas.

8.7.5. Participação popular

Finalmente, não é mais possível imaginar que o Poder Público deva, isoladamente, responder por todo o processo de desenvolvimento municipal. Os mandatos dos governantes são transitórios, enquanto a população é permanente. Portanto, é absolutamente legítimo que ela participe do processo de desenvolvimento e assuma parcela importante da responsabilidade pelos destinos do lugar em que escolheu viver.

Formas de participação devem ser encontradas e parcerias devem ser estabelecidas para que se firme o *pacto social*, fundamental e indispensável a qualquer processo de planejamento e gestão.

9. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

As estratégias para a implementação do Plano Diretor, com vistas a atingir o **objetivo central** estabelecido a partir do projeto de cidade definido pelos atores envolvidos, devem ser viabilizadas por um conjunto de Ações correlatas e interdependentes. São elas:

E 1. Gestão físico-territorial e ambiental eficiente e integrada

Deve garantir o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais como geradores de desenvolvimento socioeconômico, de modo racional e sustentável, e a manutenção da qualidade do meio ambiente natural e construído.

A 1.1. Estimular o comprometimento da população com a proteção ambiental.

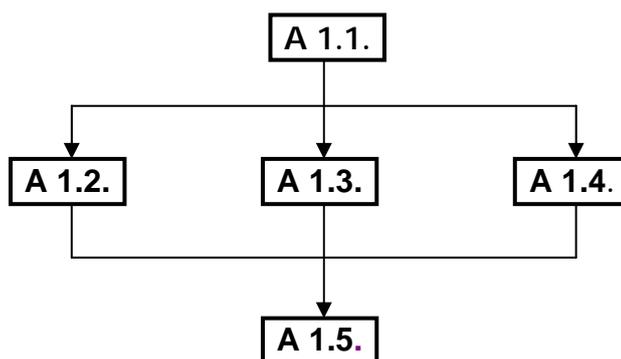
A 1.2. Promover gestões para a implantação efetiva das Unidades de Conservação da região.

A 1.3. Proteger as áreas de preservação permanente e recuperar as degradadas.

A 1.4. Estimular a substituição das queimadas por tecnologia limpa de manutenção de pastagens.

A 1.5. Criar brigadas de incêndio.

O fluxograma indica as interdependências entre as Ações:



E 2. Valorização do espaço urbano

Deve possibilitar a ligação entre as duas partes da cidade de forma harmônica para garantir melhoria funcional e estética do espaço urbano.

A 2.1. Promover a regularização fundiária dos lotes urbanos.

A 2.2. Oferecer orientação técnica e apoiar os proprietários na construção e melhoria de suas residências, de forma a respeitar o tipo de uso, os padrões culturais e as condições ambientais.

A 2.3. Estimular a construção de dependências sanitárias adequadas nas residências.

A 2.4. Construir habitações adequadas em substituição às subnormais.

A 2.5. Melhorar o sistema de abastecimento de água, estendendo-o a toda a população.

A 2.6. Implantar sistema de coleta e tratamento do esgoto para toda a população.

A 2.7. Implantar rede de drenagem pluvial na cidade.

A 2.8. Estender a pavimentação a toda a cidade.

A 2.9. Regularizar a coleta de lixo domiciliar.

A 2.10. Implantar serviço de varrição das vias urbanas.

A 2.11. Implantar aterro sanitário.

A 2.12. Melhorar, em termos gerais, as condições de acesso rodoviário à cidade, particularmente as ligações da cidade com os pontos de interesse paisagístico / turístico.

A 2.13. Criar terminal rodoviário.

A 2.14. Estudar a viabilidade de remanejamento do aeroporto, procurando uma localização melhor, em condições mais adequadas.

A 2.15. Promover gestão para a melhoria dos meios de transporte

A 2.16. Promover a implantação dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos.

A 2.17. Promover a implantação sistema de telefonia móvel.

A 2.18. Incentivar a preservação e utilização da vegetação nativa nas áreas urbanas, como forma de equilíbrio ecológico e resgate da identidade paisagística original.

A.2.19. Definir densidades de ocupação e uso do solo que garantam pequenas áreas verdes entre as edificações, de forma a reduzir as superfícies expostas à insolação direta e, conseqüentemente, diminuir o calor nas áreas urbanas.

A 2.20. Definir taxas mínimas de permeabilidade do solo para lotes dos diferentes usos urbanos.

A 2.21. Incrementar o número de portas abertas diretamente para as vias urbanas, com a eliminação de barreiras como cercas, desníveis muito grandes e muros baixos, de modo a manter a tradição existente de valorizar o espaço público.

A 2.22. Dar tratamento paisagístico às vias urbanas, praças e jardins, por meio da implantação de sinalização, nomenclatura e numeração, arborização e construção de calçadas e meios-fios.

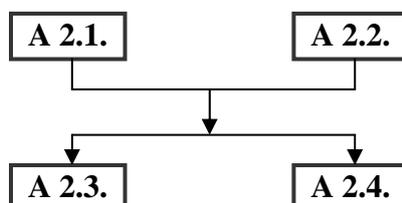
A 2.23. Estruturar o espaço de ligação entre as duas partes da cidade de forma a integrá-las e valorizá-las.

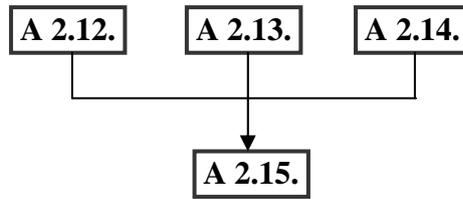
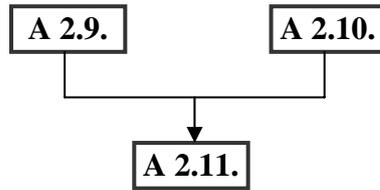
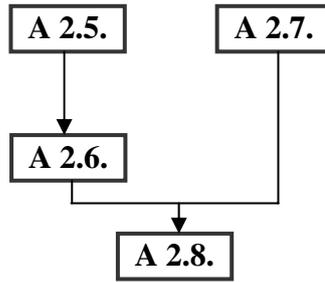
A 2.24. Estudar a viabilidade de simplificação do sistema viário periférico na parte nova da cidade, criação de ciclovias e de uma via alternativa ligando o trecho setentrional da parte nova da cidade com a praça Siqueira Campos, no núcleo original.

A 2.25. Promover a ampliação e melhoria dos serviços de iluminação pública nas áreas urbanas, particularmente no trecho que liga as duas partes da cidade, e as áreas rurais do entorno imediato.

A 2.26. Estudar formas de aproveitamento e proteção da área às margens do Ribeirão São Félix como espaço de uso público de lazer e entretenimento para a população da cidade.

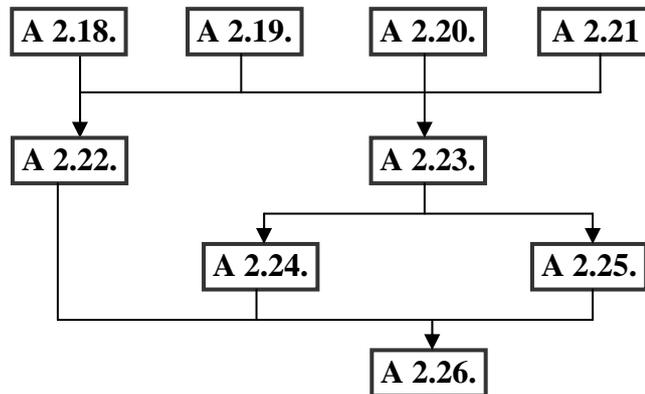
Os fluxogramas a seguir indicam as interdependências entre as Ações:





A 2.16.

A 2.17.



E 3. Desenvolvimento sustentável do turismo de aventura, pesca esportiva e ecoturismo

Deve possibilitar o aproveitamento do grande potencial turístico do Município e da região, caracterizado pela diversidade e singularidade dos recursos naturais, de forma racional e propulsora do processo de desenvolvimento municipal.

A 3.1. Realizar um inventário dos atrativos turísticos do Município.

A 3.2. Promover o uso racional e sustentável dos atrativos turísticos atuais e dos novos inventariados.

A 3.3. Estimular o desenvolvimento de diferentes modalidades de turismo adequadas ao potencial da região: de natureza, rural, de aventura, de pesca esportiva, ecoturismo etc..

A 3.4. Melhorar os acessos aos pontos turísticos.

A 3.5. Implantar receptivos nos pontos turísticos.

A 3.6. Estimular a melhoria da qualidade dos serviços de atendimento ao turista.

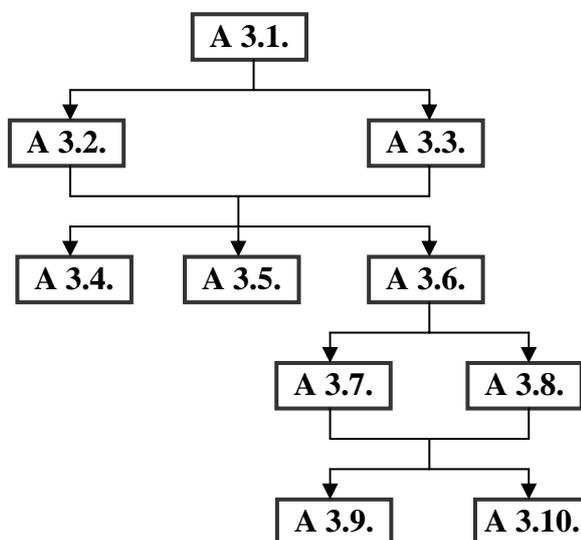
A.3.7. Estimular a capacitação profissional dos prestadores de serviços turísticos nos diversos níveis.

A 3.8. Estimular a ampliação e diversificação dos estabelecimentos de serviços turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, centros de atendimento etc.).

A 3.9. Divulgar as possibilidades de turismo no Município e na região.

A.3.10. Divulgar o artesanato local.

O fluxograma mostra a inter-relação das Ações



E 4. Estímulo à implantação de novas atividades econômicas

Deve ampliar as possibilidades de exploração de novas alternativas econômicas, com o aproveitamento racional dos recursos naturais e a valorização das potencialidades das propriedades rurais, com ênfase para as pequenas e médias, obtendo melhor aproveitamento da exploração e processamento das espécies nativas de frutos, plantas e ervas medicinais e da criação de pequenos animais, inclusive por meio de formas associativas de produção e comercialização.

A 4.1. Estimular a agricultura familiar e a pequena propriedade rural.

A 4.2. Melhorar a assistência técnica às pequenas propriedades, objetivando a modernização das práticas agrícolas e melhoria da produtividade.

A 4.3. Promover ações para favorecer o acesso a linhas de crédito para pequenos empreendimentos e a instalação de agências bancárias na cidade.

A.4.4. Promover a implantação de rede de eletrificação rural

A 4.5. Promover a diversificação e verticalização das práticas agrícolas.

A. 4.6. Estimular a apicultura, a piscicultura, a criação de pequenos animais, inclusive os silvestres, e o cultivo de frutas nativas e sua comercialização.

A.4.7. Estudar a forma de manejo sustentável do capim dourado, do buriti e de outras espécies nativas utilizados para o artesanato, objetivando sua valorização.

A 4.8. Estimular o desenvolvimento da fitoterapia, realizando inventário das espécies nativas de ervas com propriedades fitoterápicas e estudando formas de exploração racional das ervas medicinais com seu manejo sustentável.

A 4.9. Implantar agroindústrias de derivados da mandioca, dos frutos e de abate de pequenos animais.

A 4.10. Promover a capacitação profissional para a produção fitoterápica.

A 4.11. Obter a certificação da região como zona livre da febre aftosa.

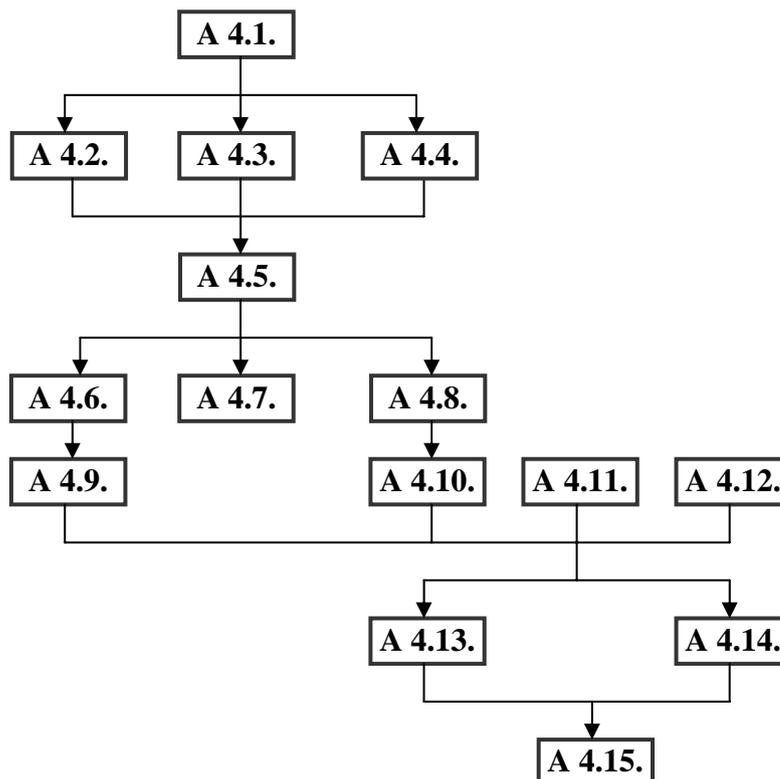
A 4.12. Avaliar a possibilidade de utilização da água para engarrafamento e para a irrigação de lavouras.

A 4.13. Estudar formas de comercialização dos produtos.

A 4.14. Estimular a ampliação e diversificação dos estabelecimentos de comércio e serviços.

A 4.15. Promover formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

O fluxograma mostra a inter-relação das Ações



E 5. Desenvolvimento social e cultural de qualidade

Deve criar as condições para que a população possa ter garantidos os direitos à habitação digna, à educação, saúde, cultura, esporte e lazer, trabalho e renda e à segurança pessoal e patrimonial.

A 5.1. Melhorar a qualidade do ensino nos diversos níveis.

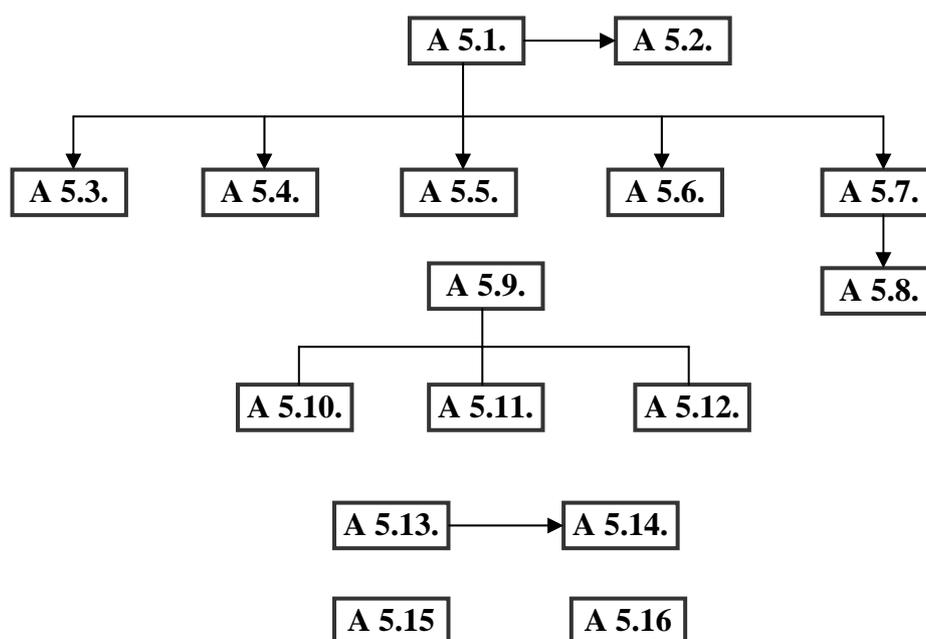
econômica do Município.

A 5.2. Desenvolver programas de educação ambiental permanente em diversos níveis.

A 5.3. Elevar os níveis de escolaridade da população pela eliminação dos índices de analfabetismo.

- A 5.4. Criar creches e escolas para as crianças até 4 (quatro) anos.
- A 5.5. Melhorar as estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino.
- A 5.6. Criar escolas profissionalizantes voltadas para a vocação
- A 5.7. Qualificar e aperfeiçoar continuamente os profissionais de educação.
- A 5.8. Garantir transporte escolar de qualidade às populações rurais.
- A 5.9. Recuperar e valorizar as tradições culturais locais.
- A 5.10. Promover a Incorporação de equipamentos como o balneário e o Fervedouro ao cotidiano da população.
- A 5.11. Aperfeiçoar a mão-de-obra do artesanato.
- A 5.12. Criar novos espaços de esporte e lazer, ampliando as oportunidades de práticas esportivas.
- A 5.13. Ampliar e melhorar o atendimento de saúde.
- A 5.14. Implantar Programa Médico de Família.
- A 5.15. Melhorar a infra-estrutura de segurança.
- A.5.16. Implantar cemitério.

Os fluxogramas a seguir indicam as interdependências entre as Ações:



E 6. Fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão

Deve criar as condições necessárias à Administração Municipal para a implementação do processo de planejamento e gestão iniciado com o Plano Diretor, de forma participativa por meio da qual a iniciativa privada e a população possam compartilhar das decisões quanto ao desenvolvimento municipal.

A 6.1. Incentivar a participação da sociedade no processo de planejamento e gestão.

A 6.2. Promover a organização e gestão compartilhada do turismo na região

A 6.3. Envolver escolas, igrejas, grupos de jovens e outras associações para convencimento da população quanto à importância da participação.

A 6.4. Criar mecanismos de interação entre o Poder Público e a sociedade.

A 6.5. Criar e implantar o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

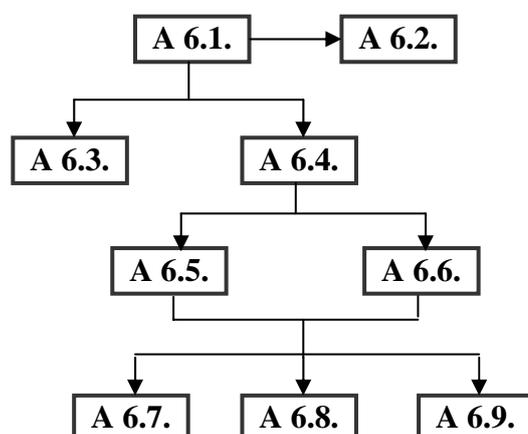
A.6.6. Criar e implantar o Sistema de Informações do Município

A 6.7. Promover o aproveitamento das potencialidades para o desenvolvimento por meio do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – DLIS.

A 6.8. Potencializar as ações dos órgãos ambientais no Município.

A.6.9. Promover o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais por meio dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR

O fluxograma a seguir indicam as interdependências entre as Ações:



BIBLIOGRAFIA

- BARTABURU, Xavier. **O deserto das Águas** in *Terra, Ano 8, nº 9, Setembro 1999*. Rio de Janeiro : Editora Abril, 1999
- CONSERVATION INTERNATIONAL et alii. **Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e pantanal**. Brasília : PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, sd
- COURSON, Jacques de. **La prospective des territoires. concepts, méthodes, résultats**. Paris : Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement -Collections du CERTU, 1999
- FGV - CIDS. **Pólo turístico do Jalapão** in *Tocantins em revista*. Palmas : Governo do Estado do Tocantins - Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente, sd
- FISCHER, Tânia (organizadora). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador : Casa da Qualidade, 2002
- GARCIA, Paulo e ORLANDO, Heloisa. **Diagnóstico sócio-econômico do Parque Estadual do Jalapão e sua zona de entorno: avaliação preliminar**. mimeo. Mateiros : Instituto Sociedade, População e Natureza e Conservation International do Brasil, 2001.
- GÜELL, José Miguel Fernández. **Planificación estratégica de ciudades**. Barcelona : Editorial Gustavo Gilli, S.A., 1997
- ISA (Coordenação geral). **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na amazônia brasileira**. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2001
- JALAPA Assessoria Sócio Ambiental. **Plano de desenvolvimento sustentável entorno do Parque Estadual do Jalapão**. mimeo. Mateiros : MMA, 2002
- _____. **Zona de entorno do Parque Estadual do Jalapão. levantamento da situação fundiária e problemas existentes**. mimeo. Mateiros : MMA, 2002
- MARCIAL, Elaine Coutinho e GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos - como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002
- MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente - governantes governados**. São Paulo : Edições Fundap, 1997
- MÉTODOS Assessoria & Capacitação. **Oficinas de planejamento. relatório técnico**. mimeo. Jalapão : Métodos Assessoria & Capacitação, 2002

- PREFEITURA MUNICIPAL. Código tributário 2002. São Félix do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2002
- _____. **Lei de Diretrizes Orçamentárias.** São Félix do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2002
- _____. **Plano Plurianual 2002-2005.** São Félix do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2001
- _____. **Lei Orçamentária Anual.** São Félix do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2002
- PRONAF. **Planos municipais de desenvolvimento rural - PMDR.** Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002
- ROLNIK, Raquel (Coordenadora). **Estatuto da cidade - guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília : Câmara dos Deputados, SEDU, CEF e Instituto Polis, 2001
- SECTUR - TO. **Jalapão natureza e arte no paraíso dourado do Tocantins.** Governo do Estado do Tocantins - Secretaria da Cultura, sd
- SEPLAN - DZE - **Atlas do Estado do Tocantins. subsídios ao planejamento da gestão territorial.** Palmas : Governo do Estado do Tocantins - Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente, 2002
- SETUR - TO. **Tocantins, Brasil - o coração da natureza.** Palmas ; Governo do Estado do Tocantins - Secretaria de Turismo, sd
- _____. **Jalapão oásis do cerrado.** Palmas ; Governo do Estado do Tocantins - Secretaria de Turismo, sd